



 **MAPFRE** | SEGUROS VIDA

RELATÓRIO E CONTAS | 2010





ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. ORGÃOS SOCIAIS | 04 |
| 2. RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 | 06 |
| 1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO | 07 |
| 2. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR | 07 |
| 3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS DE VIDA | 09 |
| 4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 12 |
| 5. ESTRUTURA E PRÁTICA DE GOVERNO SOCIETÁRIO | 12 |
| 6. DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO | 13 |
| 3. CONTAS ANUAIS 2010 | 15 |
| 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 64 |

1

ORGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| | |
|-----------------|--|
| Presidente | António Manuel Cardoso Belo |
| Vice-Presidente | Vítor Manuel da Silva Reis |
| Secretário | Pedro Ribeiro e Silva |
| Vogais | Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas |

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

| | |
|------------|-----------------------|
| Presidente | Pedro de Macedo |
| Secretário | Pedro Ribeiro e Silva |

CONSELHO FISCAL

| | |
|------------|--|
| Presidente | José Vieira Bernardo |
| Vogais | Fernando Vassalo Namorado Rosa Filipe Quintas de Oliveira da Palma-Carlos |
| Suplente | José Emílio Cordeiro Fernandes |

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ernst & Young Audit & Associados - SROC,
S.A. representada pela Dra. Ana Rosa Ribeiro Salce-
das Montes Pinto



RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

O ano 2010 foi novamente marcado por um contexto de depressão económica, desta vez influenciado pelos condicionalismos do excessivo endividamento de Portugal nos mercados internacionais e pelo elevado deficit público, o qual no final de 2009 atingiu um valor recorde de 9,3% e teve fortes efeitos colaterais na taxa de juro da dívida pública, que foi apresentando elevadas subidas ao longo do ano.

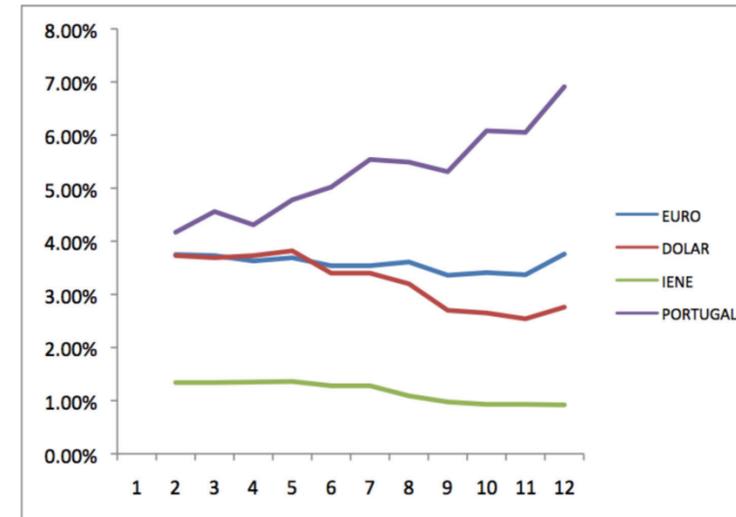


Gráfico 1 - Taxas médias de rendibilidade da dívida pública a 10 anos
Fonte: APS

Por outro lado, problemas de índole semelhante em outros países da Zona Euro que foram obrigados a recorrer à ajuda do Fundo de Estabilização Europeia – primeiro a Grécia e depois a Irlanda – associados aos sucessivos cortes nos níveis de rating daí decorrentes, levados a cabo pelas Agências Internacionais, tornaram-se num factor acrescido de instabilidade e contágio, agravando as condições de mercado de dívida de Portugal e Espanha, acabando por fazer alastrar a discussão ao plano político, criando algumas fissuras no seio da Comunidade Europeia, ao ponto de terem surgido algumas referências à possibilidade de estar em perigo a continuidade da moeda única.

O sistema bancário português viu-se seriamente afetado pela conjuntura, começando a sentir dificuldade de acesso aos mercados de financiamento, que se repercutiu em restrições ao crédito concedido e no aumento bastante significativo dos spreads implícitos nas taxas de juro praticadas, factos que se refletiram no funcionamento das empresas em geral e contribuíram para um importante abrandamento no setor da construção.

Numa tentativa de acalmar os mercados, foram-se sucedendo os anúncios de medidas restritivas, através de um Plano de Estabilidade e Crescimento inicial – o denominado PEC I – complementado posteriormente com medidas adicionais – conhecido como PEC 2 – que tiveram continuidade no Orçamento de Estado para 2011, o qual incluiu outras medidas inéditas, como foi o caso da redução dos salários dos trabalhadores da Administração Pública, bem como as medidas tradicionais de aumento de impostos sobre o consumo e os rendimentos, os quais foram significativamente agravados.

Por outro lado e, na mesma linha de contenção, a concretização de uma série de obras públicas de grande envergadura entrou num impasse.

Tudo isto contribuiu para um clima de incerteza e falta de confiança dos agentes económicos, mergulhando o país num sentimento de crise, apenas atenuado por um desempenho de certa forma animador das exportações, não constituindo surpresa um crescimento modesto do PIB que, segundo as previsões, deverá atingir 1,3%.

As perspetivas para o futuro próximo apresentam-se bastante sombrias, continuando latentes os receios dos mercados internacionais em relação à capacidade de Portugal conseguir vencer os desafios que se lhe colocam, pese embora o esforço de contenção do deficit público. Além disso, esse esforço será muito elevado e terá efeitos diretos no crescimento económico, prevendo-se, por isso, uma contração do PIB que em nada ajudará a resolver o grande problema do desemprego que deve manter-se a níveis recorde.

| Indicadores Económicos | Porcentagem | | | |
|--------------------------|-------------|--------|-------|-------|
| | 2008 | 2009 | 2010* | 2011* |
| Produto Interno Bruto | 0,8 | (2,6) | 1,3 | (1,3) |
| Consumo Privado | 1,3 | (1,0) | 1,8 | (2,7) |
| Consumo Público | (0,2) | 3,0 | 3,2 | (4,6) |
| Investimento | 1,7 | (11,9) | (5,0) | (6,8) |
| Exportações | 7,5 | (11,8) | 9,0 | 5,9 |
| Taxa Desemprego | 7,6 | 9,5 | 10,9 | n/d |
| Índice Preços Consumidor | 2,7 | (0,9) | 1,4 | 2,7 |
| Deficit Contas Públicas | 2,2 | 9,3 | 7,3 | 4,6 |

* Previsões

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças, INE

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

De há alguns anos a esta parte, quando comparado com o panorama internacional, o mercado segurador português tem-se afirmado como um mercado maduro, tal como evidencia o seu peso no PIB, estimando-se que este possa atingir em 2010 quase 10%, devido especialmente ao desempenho do segmento Vida que concentra a maior fatia do mercado (cerca de 75%).

Ainda que com oscilações, de facto, o crescimento de vendas do mercado segurador tem assentado na evolução sustentada do ramo Vida, enquan-

to o segmento Não Vida se vem confinando a um desempenho bastante modesto, com crescimentos nominais praticamente nulos.

Esta realidade voltou a verificar-se no ano 2010 e parece evidenciar o potencial do segmento Vida como uma alternativa séria aos produtos bancários em matéria de aforro.

Num contexto de crise económica e de turbulência dos mercados financeiros poder-se-ia esperar algum retrocesso, o que não aconteceu. Tal poderá estar associado à tendência dos clientes se precaverem em relação ao futuro, aumentando os seus níveis de poupança e evitando expor-se diretamente aos mercados financeiros, procurando, por isso, produtos mais seguros e menos sofisticados do ponto de vista financeiro, com capitais e rendimentos garantidos, que o setor segurador está em condições de proporcionar.

| Estrutura da Carteira Vida (%) | 2008 | 2009 | 2010 |
|--------------------------------|------|------|------|
| Risco | 8,6 | 9,1 | 7,8 |
| Investimento | 68,9 | 60,4 | 65,4 |
| Reforma | 22,5 | 30,5 | 26,8 |

Fonte: APS

No entanto, este movimento da área de Vida em direção a produtos de cariz mais financeiro, que vem remetendo os produtos tradicionais de risco para um papel secundário na estrutura das carteiras das seguradoras, tem tido o seu efeito sobre as margens de rentabilidade, as quais passaram a estar muito mais pressionadas e dependentes da capacidade de geração de rendimentos financeiros, os quais, muito influenciados pela conjuntura específica, não podem evitar a obtenção de uma rentabilidade global modesta.

| Indicadores de Mercado Vida | 2008 | 2009 | 2010* |
|---|--------|--------|--------|
| Prémios (milhões euros) | 10.947 | 10.320 | 12.097 |
| Crescimento (%) | 17,4 | (5,7) | 17,2 |
| Sinistralidade Líquida Resseguro (%) | 101,2 | 102,3 | 105,2 |
| Gastos Líquidos Resseguro (%) | 9,5 | 11,0 | 6,7 |
| Rácio Combinado Líquido Resseguro (%) | 110,7 | 113,3 | 111,9 |
| Resultados Antes Impostos (milhões euros) | (27) | 220 | 154 |
| Rentabilidade das Vendas Antes Impostos (%) | (0,2) | 2,1 | 2,5 |

* Dados a junho, exceto Prémios, cujos dados são a dezembro
Fonte: APS

Por sua vez, a área de Não Vida, em cuja estrutura o peso dos ramos obrigatórios de Automóvel e Acidentes de Trabalho se aproxima dos 60%, não tem conseguido evitar o efeito direto das difíceis condições económicas, apresentando em 2010, novamente, um crescimento nominal muito modesto, da ordem dos 0,7% e, ainda assim, essencialmente devido ao segmento específico de Doença que cresceu 6,8%.

Ao factor da conjuntura económica há que adicionar dois outros aspetos que contribuem para explicar a estagnação dos prémios emitidos ao longo dos últimos anos:

- Alguma melhoria pontual da sinistralidade que se tem repercutido rapidamente no ajustamento em baixa das tarifas praticadas pelo mercado, muitas vezes até mais do que proporcionalmente.

- A pressão sobre os preços, exercida pela concorrência acrescida entre os operadores, na tentativa de conseguir ganhos de quota de mercado, em consequência da falta de crescimento natural da massa segurável.

A propósito, os dados de uma publicação recente da Associação Portuguesa de Seguradores sobre o ramo Automóvel demonstram que, no período de 2005 a 2009, os custos com sinistros se mantiveram praticamente ao mesmo nível enquanto os prémios médios desceram aproximadamente 25%, causando um impato estimado nas contas das seguradoras a rondar os 200 milhões de euros.

Em consequência desses efeitos, a rentabilidade da área de Não Vida tem sido muito limitada, apresentando rácios combinados a níveis preocupantes, superiores ao limiar dos 100%.

Perante dificuldades de rentabilidade técnica e condicionada por uma conjuntura dos mercados financeiros bastante adversa, não constitui admiração que, em linha com o negócio Vida, o segmento Não Vida registe rentabilidades globais anuais que se podem considerar insignificantes, tal como ilustra o quadro de indicadores que se apresenta.

| Indicadores de Mercado Não Vida | 2008 | 2009 | 2010* |
|---|-------|-------|-------|
| Prémios (milhões euros) | 4.318 | 4.140 | 4.168 |
| Crescimento (%) | (1,4) | (4,1) | 0,7 |
| Sinistralidade Líquida Resseguro (%) | 70,9 | 73,7 | 77,7 |
| Gastos Líquidos Resseguro (%) | 27,8 | 28,9 | 27,8 |
| Rácio Combinado Líquido Resseguro (%) | 98,7 | 102,6 | 105,5 |
| Resultados Antes Impostos (milhões euros) | 155 | 78 | 16 |
| Rentabilidade das Vendas (%) | 3,6 | 1,9 | 0,8 |

* Dados a junho, exceto Prémios, cujos dados são a dezembro
Fontes: APS e ISP

Este deficit de rentabilidade, comum aos ramos de Vida e Não Vida, é tanto mais relevante quanto se trata de uma atividade que, pela sua natureza e devido às normas de regulação, implica forte disponibilidade de capital, a qual, com a próxima entrada em vigor das novas regras de Solvência II, se verá ainda incrementada.

Face ao próprio contexto de mercado e à conjuntura macroeconómica, o setor segurador encontra-se confrontado para os próximos anos com desafios muito exigentes que não deixarão de condicionar significativamente as opções de gestão.

3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS DE VIDA

3.1. PRINCIPAIS INDICADORES DE NEGÓCIO

O ano 2010 ficou marcado pelo início de atividade da MAPFRE Seguros de Vida enquanto sociedade anónima de direito português, dando continuidade à gestão da carteira que adquiriu à Agência Geral da MAPFRE Vida.

Apesar de atuar num mercado em que predominam, de forma clara, as companhias de seguros diretamente ligadas a grupos bancários e que utilizam este canal para distribuição dos seus produtos, a MAPFRE Seguros de Vida, através do investimento na dinamização da rede de vendas interna e do canal tradicional, bem como da identificação de canais alternativos, conseguiu um crescimento de 14% no volume de produção (prémios de contratos de seguro e de investimento), atingindo os 43,83 milhões de euros mantendo a quota de mercado ao nível do ano anterior.

| Quota de mercado Vida | 2008 | 2009 | 2010 |
|-----------------------------|------|------|------|
| 5 primeiras companhias (%) | 81,2 | 79,0 | 80,9 |
| 10 primeiras companhias (%) | 92,2 | 90,1 | 90,6 |
| Quota mercado MAPFRE (%) | 0,3 | 0,4 | 0,4 |

* Nos anos anteriores a 2010 a quota de mercado MAPFRE respeita à Agência Geral da MAPFRE Vida
Fontes: APS e ISP

Em linha com a realidade do mercado, a MAPFRE Seguros de Vida apresenta uma estrutura de carteira em que a maior fatia pertence aos produtos de índole financeira.

| Carteira MAPFRE Seguros de Vida | 2008 | 2009 | 2010 |
|-------------------------------------|------|------|------|
| Risco (incluindo vendas vitalícias) | 15,7 | 14,7 | 11,7 |
| Investimento | 68,0 | 43,4 | 32,3 |
| Reforma | 16,3 | 41,9 | 55,8 |

* Nos anos anteriores a 2010 as percentagens respeitam à Agência Geral da MAPFRE Vida

O segmento de rendas vitalícias, que apresentou um crescimento importante no ano 2008, moderou o seu dinamismo em 2009 e 2010, levando à diminuição do peso dos produtos de risco, quando considerados na sua globalidade. No ano 2010 acentuou-se a tendência, já patente no ano anterior, de um movimento de reforço do peso dos PPR.

Ao nível dos gastos por natureza a imputar, naturalmente, a rubrica de custos com o pessoal é a que assume maior peso, sendo residual a representatividade das restantes classes de gastos.

| Gastos por natureza a imputar | 2010 |
|---|------|
| Custos com pessoal (milhões euros) | 2,72 |
| % sobre provisões matemáticas | 1,6 |
| Fornecim. Serviços Externos (milhões euros) | 0,83 |
| % sobre provisões matemáticas | 0,4 |
| Impostos e taxas (milhões de euros) | 0,02 |
| % sobre provisões matemáticas | 0,0 |
| Amortizações (milhões euros) | 0,04 |
| % sobre provisões matemáticas | 0,0 |
| Outros custos (milhões euros) | 0,16 |
| % sobre provisões matemáticas | 0,1 |
| Total custos por natureza (milhões euros) | 3,77 |
| % sobre provisões matemáticas | 2,2 |

Na sua globalidade, os gastos atingiram 3,77 milhões de euros, com uma poupança de 4,2% em relação ao orçamento, fruto de uma rigorosa política de contenção.

Quando comparados com as provisões matemáticas, representam 2,2%, percentagem que consideramos razoável tendo em conta a dimensão da companhia.

O rácio combinado foi de 110,5%, claramente superior ao limiar dos 100% mas em linha com a realidade do mercado, refletindo o peso relativamente pequeno que os produtos de risco puro têm na carteira, remetendo a rentabilidade para os rendimentos dos ativos financeiros.

| Estrutura e rentabilidade dos investimentos | 2010 | | |
|--|---------------------|-----------|-----------------|
| | Investimento médio* | Estrutura | Rentabilidade** |
| Títulos de Rendimento Fixo | 142,67 | 82% | 4,5% |
| Títulos de Rendimento Variável | 28,53 | 16% | -0,5% |
| Outros (depósitos bancos e adiantamentos clientes) | 3,27 | 2% | 0,6% |
| TOTAL | 174,47 | 100% | 3,6% |

* Em milhões de euros e valorizados ao justo valor
** Inclui mais e menos valias realizadas

Estes, por sua vez, alvo de uma gestão cuidada, no cumprimento da política definida para o Grupo a este respeito e tendo em conta as características específicas dos produtos a que estão afetos, tiveram uma evolução dentro do esperado, tendo-se obtido uma taxa de rentabilidade na ordem dos 3,6%.

Face a tal comportamento, foi possível atribuir participação de resultados aos produtos PPR e Universal Life, contribuindo assim para afirmar a sua competitividade comercial.

Na globalidade da exploração, como corolário da evolução das diversas variáveis, detalhada anteriormente, atingimos um resultado antes de impostos de 2,01 milhões de euros, conseguindo uma percentagem de rentabilidade das vendas claramente superior ao desempenho do mercado nos anos mais recentes.

| Indicadores da MAPFRE Seguros de Vida | 2008 | 2009 | 2010* |
|--|-------|-------|-------|
| Prémios de seguro e contratos investimento (milhões euros) | 38,21 | 38,44 | 43,83 |
| Crescimento (%) | (5,8) | 0,6 | 14,0 |
| Sinistralidade Líquida Resseguro (%) | 103,1 | 103,0 | 101,7 |
| Gastos Líquidos Resseguro (%) | 11,1 | 11,9 | 8,8 |
| Rácio Combinado Líquido Resseguro (%) | 114,2 | 114,9 | 110,5 |
| Resultados Antes Impostos (milhões euros) | 0,87 | 1,64 | 2,01 |
| Rentabilidade das Vendas Antes Impostos (%) | 2,3 | 4,3 | 4,6 |

* Nos anos anteriores a 2010 os dados respeitam à Agência Geral da MAPFRE Vida

** Em 2010 o valor é a junho

Ainda em relação aos ativos financeiros, importa efetuar uma referência à crise da dívida soberana, que teve um eco especial sobre os títulos em carteira de Espanha, Irlanda e Portugal, os quais representam aproximadamente 87% da carteira total de títulos de rendimento fixo de Estados.

Este fenómeno, nunca antes observado em países da Zona Euro, provocou grandes desvalorizações dos títulos de rendimento fixo, o que, embora não afetando os resultados de exploração, teve um reflexo importante nos capitais próprios, os quais se viram afetados em praticamente 7 milhões de euros.

No último trimestre de 2010, o acionista único – MAPFRE Seguros Gerais – subscreveu um aumento de capital, no montante de 10 milhões de euros, que se destinou a reforçar a autonomia financeira da empresa e a permitir absorver a anulação do ativo correspondente ao preço de aquisição da carteira da Agência Geral da MAPFRE Vida.

Não obstante, devido ao significativo impacto da desvalorização dos títulos de rendimento fixo antes aludido, a taxa de cobertura da margem de solvência situou-se nos 78%, situação que ficará ultrapassada com a concretização de um empréstimo subordinado, a efetuar pela MAPFRE Internacional, no montante de 3,6 milhões de euros, que se encontra em tramitação e que reporá aquele rácio em 128%.

3.2. ASPETOS QUALITATIVOS

Como suporte e em complemento do desenvolvimento do negócio, levamos a cabo inúmeras atividades, de entre as quais destacaremos a seguir aquelas que, na nossa opinião, tiveram, ou virão a ter no futuro, maior impacto sobre o desempenho da empresa.

O facto mais relevante ocorrido no ano 2010, associado ao início de operações da sociedade, foi a migração para o sistema informático Tronweb, concentrando assim, numa única ferramenta, a gestão dos negócios Vida e Não Vida, com o objetivo de obter sinergias operativas e comerciais.

Uma tarefa desta envergadura, que não se limitou a uma mera transferência de dados, pois implicou uma alteração significativa de procedimentos, exigiu uma concentração excepcional de recursos, não só da área de tecnologias mas também das restantes áreas funcionais.

Ao nível da estrutura de vendas, a fim de permitir obter uma maior produtividade, desenvolvemos esforços acrescidos na sua reorganização, especialmente através da instituição da função de Direção da Organização Territorial, em simultâneo com o estabelecimento de métodos de trabalho uniformes e do reforço do papel da função do Gerente de escritório, recentrando o esforço colocado na atividade diária.

Atentos à necessidade de ter um portfólio de produtos adequados às exigências dos clientes e de contribuir para a dinamização comercial, implementamos um calendário de reformulação e lançamento de novas soluções, especialmente na área de risco, que é aquele que reconhecidamente apresenta maior potencial de rentabilidade. Foi neste âmbito que lançamos os TAR Cover, TAR Broker e Criança Futuro, com estruturas de base técnica semelhantes mas dotados de características específicas a segmentos particulares de mercado e consoante os canais de distribuição.

Houve ainda lugar ao lançamento de produtos de capitalização de subscrição por períodos limitados dirigidos à captação de poupança.

Este labor foi acompanhado das convenientes ações de Marketing e Comunicação, de forma a aumentar a sua eficácia. Nesta área, destacamos, ainda, as ações de reforço da imagem dos nossos escritórios e o patrocínio de campanhas de vendas locais que introduziram um dinamismo acrescido no portfólio de escritórios da nossa estrutura territorial.

Em termos de cobranças, alinhámos o tratamento de recibos de acordo com os métodos e rotinas de trabalho já existentes e testados na área de Não Vida.

Procedemos à reorganização da área técnica, passando esta a centrar-se e a especializar-se, precisamente, nos aspetos mais técnicos do negócio, como são os casos da subscrição, das tarifas, do atuariado, da formulação, das cotações especiais e do acompanhamento da rentabilidade de exploração.

Por isso, todas as tarefas operativas de tratamento típico de retaguarda, como são o processamento de vencimentos, resgates, alterações às apólices e emissão, foram deslocadas para o âmbito do Centro de Operações. Paralelamente, foi gradualmente disponibilizada aos escritórios a emissão de apólices, permitindo um tratamento personalizado e mais célere junto dos clientes.

Tecnologicamente, para além do projeto de parametrização e posterior migração de dados para o Tronweb, de forma a responder às necessidades derivadas do início de operações da nova sociedade, continuamos a investir na modernização da infra-estrutura, nomeadamente, por via da atualização da versão da base de dados, a virtualização de equipamentos e a substituição de alguns computadores pessoais.

A área de Gestão de Risco e Controlo Interno teve um ano intenso e atuante em diversas vertentes. Continuou a dinamizar o Comité de Gestão de Risco, patrocinou a criação da Política de Combate à Fraude e ao Branqueamento de Capitais, investiu fortemente na formação e sensibilização de toda a organização em relação à temática da Gestão de Risco e dedicou um esforço especial ao levantamento de processos e identificação de pontos de controlo interno.

No âmbito da Conduta de Mercado, demos continuidade ao previsto na Norma n.º 10/2010-R, de 25 de junho, sobretudo no âmbito da temática do tratamento de reclamações, no qual se prosseguiu a otimização, já iniciada em 2009, da aplicação GRM existente, que coexiste desde meados de 2010, com o Portal do ISP dedicado ao Consumidor de Seguros, desenhando-se a possibilidade de interface entre ambos no sentido do aproveitamento das tipologias de classificação existentes, em ordem a facilitar o respetivo reporte anual ao ISP. Ao mesmo tempo, procedemos à divulgação do Regulamento de Reclamações que estabelece todo o enquadramento procedimental do seu tratamento e que se encontra devidamente publicitado no site institucional.

De igual modo, procedemos à publicitação do Código de Conduta que estabelece linhas de orientação em matéria de ética profissional, incluindo princípios para a gestão de conflitos de interesses, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e aos respetivos trabalhadores e colaboradores, e cuja consagração legal vem dar resposta ao teor das recomendações do Fundo Monetário Internacional, mas resulta também das iniciativas de Better Regulation do setor financeiro. A implementação de mais este modelo normativo adequa as exigências da supervisão e complementa a política do Grupo MAPFRE no estabelecimento de padrões de comportamento empresarial, face ao recente enquadramento europeu de regulação da atividade financeira.

Investimos na segurança, criando uma Unidade específica de gestão desta vertente, alinhada com as diretrizes emanadas do Grupo, que se ocupou, especialmente, com a implementação de uma política de segurança, em geral, e com a atualização do plano de continuidade de negócio e a implementação do controlo de acessos, em particular.

Em colaboração com a FUNDAÇÃO MAPFRE e com o envolvimento das áreas de Recursos Humanos e de Comunicação, numa lógica corporativa, em conjunto com a MAPFRE Seguros Gerais, levamos a cabo várias iniciativas no âmbito da responsabilidade social, abrangendo todos os segmentos etários da população. Assim, realizou-se a “Caravana de Educação Rodoviária”, dirigida a crianças em idade escolar, a iniciativa “Tu Decides”, destinada a sensibilizar os jovens a evitar o álcool quando conduzem e o programa “Viver com mais cuidado”, específico para idosos, implementado em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Além destas iniciativas, realizaram-se alguns seminários temáticos versando áreas científicas e de ergonomia.

Na consecução da atividade da empresa estiveram envolvidos 57 colaboradores, 56% do sexo masculino e 44% do sexo feminino, situando-se 45% do total na faixa etária até aos 40 anos. Por outro lado, cerca de um terço possui formação académica de nível superior e 79% têm mais de 6 anos de experiência. No sentido de dotar o quadro de colaboradores com as competências mais adequadas, investimos um total de 1.165 horas em formação, na sua grande maioria em ações presenciais.

Para levar a cabo o conjunto da atividade descrita, contamos com a colaboração inúmeras pessoas e entidades, às quais deixamos o nosso agradecimento sincero.

4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta que este foi o primeiro ano de atividade da empresa e necessidade de reunir capitais próprios admissíveis para efeitos de solvência, propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de 1.605.624,60 euros (Um milhão seiscentos e cinco mil seiscentos e vinte e quatro euros e sessenta centimos) seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:
Reserva legal: 160.562,46 euros (Cento e sessenta mil quinhentos e sessenta e dois euros e quarenta e seis centimos)
Reservas livres: 1.445.062,14 euros (Um milhão quatrocentos e quarenta e cinco mil e sessenta e dois euros e catorze centimos)

5. ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

5.1. MODELO DE GOVERNAÇÃO

Face às exigências legais impostas pelas alterações operadas em 2006 ao Código das Sociedades Comerciais e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações recentes ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE Seguros de Vida compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – Composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente;
- Conselho Fiscal – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;
- Revisor Oficial de Contas – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações aos estatutos são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requiera deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre.

5.2. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da MAPFRE Seguros de Vida é de € 17.500.000 constituído por 3.500.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE Seguros Gerais, S.A.

6. DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

A presente declaração é elaborada em cumprimento do disposto no art. 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, do Instituto de Seguros de Portugal, ambas de 1 de abril, e será submetida à Assembleia Geral da MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

a) A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE, é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., seguindo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração;

b) O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações;

c) Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício (que vêm a representar cerca de 50% da retribuição), seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade. Por outro lado, no que concerne aos incentivos referenciados ao valor das ações, o Plano existente no Grupo MAPFRE não abrange os respetivos membros dos órgãos de administração enquanto possuidores dessa mesma qualidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., dos 4 membros que o integram, exceptuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador dependente da MAPFRE Seguros de Vida S.A., não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade, e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que se divulgam a seguir:

| Âmbito | Valor |
|--|-------------|
| Serviços de Certificação Legal de Contas | 20.500,00 € |

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Embora condicionada pelas perspetivas económicas sombrias, que se anunciam para os tempos mais próximos, continuaremos a desenvolver a nossa atividade com elevado empenho e determinação, com base nos pilares estratégicos há alguns anos definidos: crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial.

Para tal, temos previsto implementar uma série de ações, de entre as quais destacamos:

- Continuar a investir na implementação de um processo de desenvolvimento de produtos ágil, capaz de responder em tempo real às demandas dos clientes;
- Inovar no serviço disponibilizados aos clientes e à rede de vendas, através de ferramentas tecnológicas;
- Capacitar e dinamizar a estrutura de vendas de forma a obter maior produtividade;
- Manter uma rigorosa política de seleção de riscos;
- Manter a estrutura de custos sob rigoroso controlo e aumentar a eficiência, contribuindo, também por esta via, para o incremento da competitividade;
- Aprofundar o desenvolvimento dos sistemas de gestão de risco e controlo interno;
- Dar continuidade às ações de responsabilidade social, em colaboração com a FUNDAÇÃO MAPFRE.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|---|---|---------------------------------------|
| António Manuel Cardoso Belo (Presidente) | Vitor Manuel da Silva Reis (Vice-Presidente) | Pedro Ribeiro e Silva (Secretário) |
| Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas (Vogal) | | |



| Notas do Anexo | Demonstração da posição financeira | Exercício 2010 | | | Exercício anterior (2009) |
|--------------------|---|-----------------------|---|-----------------------|---------------------------|
| | | Valor Bruto | Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos | Valor Líquido | |
| | ACTIVO | | | | |
| 3.1.1.; 7.; 27. | Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 5.137.432,42 | | 5.137.432,42 | 7.589.925,25 |
| | Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | | 0,00 | |
| | Ativos financeiros detidos para negociação | | | 0,00 | |
| 3.1.2.; 6. | Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perda | 15.766.544,45 | | 15.766.544,45 | |
| | Derivados de cobertura | | | 0,00 | |
| 3.1.2.; 6. | Ativos financeiros disponíveis para venda | 149.676.077,33 | | 149.676.077,33 | |
| 3.1.2. | Empréstimos concedidos e contas a receber | 5.521.826,99 | 0,00 | 5.521.826,99 | 0,00 |
| | Depósitos junto de empresas cedentes | | | 0,00 | |
| | Outros depósitos | 4.752.803,00 | | 4.752.803,00 | |
| | Empréstimos concedidos | 769.023,99 | | 769.023,99 | |
| | Contas a receber | | | 0,00 | |
| | Outros | | | 0,00 | |
| | Investimentos a deter até à maturidade | | | 0,00 | |
| 3.1.4.; 3.3.3.; 9. | Terrenos e edifícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Terrenos e edifícios de uso próprio | | | 0,00 | |
| | Terrenos e edifícios de rendimento | | | 0,00 | |
| 3.1.3.; 8. | Outros ativos tangíveis | 4.761,54 | 1.314,50 | 3.447,04 | |
| | Inventários | | | 0,00 | |
| | Goodwill | | | 0,00 | |
| 3.1.4.; 10. | Outros ativos intangíveis | 345.676,64 | 42.525,55 | 303.151,09 | |
| 3.1.5.; 4.1. b) | Provisões técnicas de resseguro cedido | 659.848,51 | | 659.848,51 | 0,00 |
| | Provisão para prémios não adquiridos | 109.970,90 | | 109.970,90 | |
| | Provisão matemática do ramo vida | | | 0,00 | |
| | Provisão para sinistros | 549.877,61 | | 549.877,61 | |
| | Provisão para participação nos resultados | | | 0,00 | |
| | Provisão para compromissos de taxa | | | 0,00 | |
| | Provisão para estabilização de carteira | | | 0,00 | |
| | Outras provisões técnicas | | | 0,00 | |
| 3.1.6.; 20.1.; h) | Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | 247.197,00 | | 247.197,00 | |
| 3.1.7. | Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 3.244.274,71 | 179.569,25 | 3.064.705,46 | 0,00 |
| 11. | Contas a receber por operações de seguro direto | 2.277.346,23 | 60.160,01 | 2.217.186,22 | |
| | Contas a receber por operações de resseguro | 92.298,70 | | 92.298,70 | |
| 11. | Contas a receber por outras operações | 874.629,78 | 119.409,24 | 755.220,54 | |
| | Ativos por impostos e taxas | 1.734.856,05 | | 1.734.856,05 | 0,00 |
| 21.1. | Ativos por impostos correntes | 51.331,51 | | 51.331,51 | |
| 3.1.15.2; 21.2. | Ativos por impostos diferidos | 1.683.524,54 | | 1.683.524,54 | |
| 3.1.11. | Acréscimos e diferimentos | 30.000,00 | | 30.000,00 | |
| | Outros elementos do ativo | | | 0,00 | |
| | Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | | | 0,00 | |
| | TOTAL ATIVO | 182.368.495,64 | 223.409,30 | 182.145.086,34 | 7.589.925,25 |

[Valores expressos em euros]

| Notas do Anexo | Demonstração da posição financeira | Exercício 2010 | Exercício anterior (2009) |
|----------------------|---|-----------------------|---------------------------|
| | PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | | |
| | PASSIVO | | |
| 3.1.8.; 4.1b); 4.1c) | Provisões técnicas | 169.640.279,56 | 0,00 |
| 3.1.8.4. | Provisão para prémios não adquiridos | 655.764,58 | |
| 3.1.8.1. | Provisão matemática do ramo vida | 146.659.832,99 | |
| 3.1.8.2. | Provisão para sinistros | 7.268.787,10 | 0,00 |
| | De vida | 7.268.787,10 | |
| | De acidentes de trabalho | | |
| | De outros ramos | | |
| 3.1.8.3. | Provisão para participação nos resultados | 156.094,85 | |
| | Provisão para compromissos de taxa | | |
| | Provisão para estabilização de carteira | | |
| | Provisão para desvios de sinistralidade | | |
| | Provisão para riscos em curso | | |
| 3.1.8.1. | Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro | 14.899.800,04 | |
| | Outras provisões técnicas | | |
| 3.1.9.; 5. | Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento | 5.092.115,36 | |
| | Outros passivos financeiros | 0,00 | 0,00 |
| | Derivados de cobertura | | |
| | Passivos subordinados | | |
| | Depósitos recebidos de resseguradores | | |
| | Outros | | |
| 3.1.6.; 20.1 e); f) | Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | 203.654,00 | |
| 3.1.10. | Outros credores por operações de seguros e outras operações | 413.261,28 | 122.611,76 |
| | Contas a pagar por operações de seguro direto | 309.989,71 | |
| | Contas a pagar por operações de resseguro | 2.204,59 | |
| | Contas a pagar por outras operações | 101.066,98 | 122.611,76 |
| | Passivos por impostos | 192.115,58 | 0,00 |
| 3.1.15.1; 21.1. | Passivos por impostos correntes | 180.576,68 | |
| 3.1.15.2; 21.2. | Passivos por impostos diferidos | 11.538,90 | |
| 3.1.11. | Acréscimos e diferimentos | 944.971,14 | |
| 3.1.12.; 11. | Outras provisões | 2.745,49 | |
| | Outros elementos do passivo | | |
| | Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda | | |
| | TOTAL PASSIVO | 176.489.142,41 | 122.611,76 |
| | CAPITAL PRÓPRIO | | |
| 22. | Capital (Ações Próprias) | 17.500.000,00 | 7.500.000,00 |
| | Outros instrumentos de capital | | |
| 23. | Reservas de reavaliação | -8.064.494,34 | |
| | Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | |
| | Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | -8.064.494,34 | |
| | Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | | |
| | Por revalorização de outros ativos tangíveis | | |
| | Por revalorização de ativos intangíveis | | |
| | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa | | |
| | Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda | | |
| | De diferenças de câmbio | | |
| 23. | Reserva por impostos diferidos | 2.058.988,23 | |
| 23. | Outras reservas | -7.411.488,05 | |
| | Resultados transitados | -32.686,51 | |
| | Resultado do exercício | 1.605.624,60 | -32.686,51 |
| | TOTAL CAPITAL PRÓPRIO | 5.655.943,93 | 7.467.313,49 |
| | TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | 182.145.086,34 | 7.589.925,25 |

[Valores expressos em euros]

| Notas do Anexo | Conta de Ganhos e Perdas | Exercício 2010 | | | | Exercício anterior (2009) |
|------------------|--|---------------------|------------------|-------------------|---------------------|---------------------------|
| | | Técnica Vida | Técnica Não-Vida | Não Técnica | Total | |
| | Prémios adquiridos líquidos de resseguro | 40.478.563,63 | 0,00 | | 40.478.563,63 | 0,00 |
| 3.1.14.; 12. | Prémios brutos emitidos | 40.846.036,81 | | | 40.846.036,81 | |
| 3.1.14. | Prémios de resseguro cedido | 524.319,49 | | | 524.319,49 | |
| | Provisão para prémios não adquiridos (variação) | -31.765,01 | | | -31.765,01 | |
| | Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) | 125.081,30 | | | 125.081,30 | |
| | Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços | 2.200,00 | | | 2.200,00 | |
| 3.1.14 | Custos com sinistros, líquidos de resseguro | 47.040.608,93 | 0,00 | | 47.040.608,93 | 0,00 |
| | Montantes pagos | 48.133.557,78 | 0,00 | | 48.133.557,78 | 0,00 |
| 16. | Montantes brutos | 48.552.787,39 | | | 48.552.787,39 | |
| | Parte dos resseguradores | 419.229,61 | | | 419.229,61 | |
| | Provisão para sinistros (variação) | -1.092.948,85 | 0,00 | | -1.092.948,85 | 0,00 |
| | Montantes brutos | -543.071,24 | | | -543.071,24 | |
| | Parte dos resseguradores | 549.877,61 | | | 549.877,61 | |
| | Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação) | | | | 0,00 | |
| | Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação) | -5.122.692,54 | | | -5.122.692,54 | 0,00 |
| | Montantes brutos | -5.512.153,79 | | | -5.512.153,79 | |
| | Parte dos resseguradores | -389.461,25 | | | -389.461,25 | |
| | Participação nos resultados, líquida de resseguro | -185.162,50 | | | -185.162,50 | |
| | Custos e gastos de exploração líquidos | 3.500.015,59 | 0,00 | | 3.500.015,59 | 32.480,58 |
| 3.1.14; 13.; 16. | Custos de aquisição | 2.659.858,53 | | | 2.659.858,53 | |
| | Custos de aquisição diferidos (variação) | -81.751,73 | | | -81.751,73 | |
| 16. | Gastos administrativos | 951.056,14 | | | 951.056,14 | 32.480,58 |
| 3.1.14. | Comissões e participação nos resultados de resseguro | 29.147,35 | | | 29.147,35 | |
| 14.2.1. | Rendimentos | 6.803.870,19 | 0,00 | 0,00 | 6.803.870,19 | 0,00 |
| | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | 6.755.904,84 | | | 6.755.904,84 | |
| | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | 30.702,77 | | | 30.702,77 | |
| | Outros | 17.262,58 | | | 17.262,58 | |
| 14.2.2. | Gastos financeiros | 536.141,67 | | 0,00 | 536.141,67 | 5,93 |
| | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | 337.978,46 | | | 337.978,46 | |
| | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | | 0,00 | |
| 16. | Outros | 198.163,21 | | | 198.163,21 | 5,93 |
| 15. | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 230.951,69 | 0,00 | 0,00 | 230.951,69 | 0,00 |
| | De ativos disponíveis para venda | 262.173,10 | | | 262.173,10 | |
| | De empréstimos e contas a receber | | | | 0,00 | |
| | De investimentos a deter até à maturidade | | | | 0,00 | |
| | De passivos financeiros valorizados a custo amortizado | | | | 0,00 | |
| | De outros | | | | 0,00 | |
| 15. | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -426.411,73 | 0,00 | 0,00 | -426.411,73 | 0,00 |
| | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação | | | | 0,00 | |
| | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | -426.411,73 | | | -426.411,73 | |
| | Diferenças de câmbio | | | | 0,00 | |
| | Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | | | | 0,00 | |
| | Perdas de imparidade (líquidas de reversão) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | De ativos disponíveis para venda | | | | 0,00 | |
| | De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado | | | | 0,00 | |
| | De investimentos a deter até à maturidade | | | | 0,00 | |
| | De outros | | | | 0,00 | |
| | Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | 215.975,80 | | | 215.975,80 | |
| 11. | Outras provisões (variação) | | | -468.035,96 | -468.035,96 | |
| | Outros rendimentos/gastos | | | -23.866,56 | -23.866,56 | -200,00 |
| | Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas | | | | 0,00 | |
| | Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | | | | 0,00 | |
| | Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda | | | | 0,00 | |
| | RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS | 1.567.459,84 | 0,00 | 444.169,40 | 2.011.629,24 | -32.686,51 |
| 3.1.15.1.; 21.1. | Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes | | | 394.465,74 | 394.465,74 | |
| 3.1.15.2.; 21.2. | Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos | | | 11.538,90 | 11.538,90 | |
| | RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 1.567.459,84 | 0,00 | 38.164,76 | 1.605.624,60 | -32.686,51 |

| Notas do anexo | Demonstração de Variações do Capital Próprio | Capital Social | Reservas de Reavaliação Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | Reserva por impostos diferidos | Outras reservas Outras reservas | Resultados transitados | Resultado do exercício | Total |
|----------------|--|----------------|---|--------------------------------|------------------------------------|------------------------|------------------------|---------------|
| 22.2 | Balço a 31 de dezembro 2009 (balço de abertura) | 7.500.000,00 | | | | | -32.686,51 | 7.467.313,49 |
| | Correções de erros (IAS 8) - Nota 35 | | | | | | | |
| | Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) - Nota 35 | | | | | | | |
| 22.2 | Balço de abertura alterado | 7.500.000,00 | | | | | -32.686,51 | 7.467.313,49 |
| | Aumentos/reduções de capital | 10.000.000,00 | | | | | | 10.000.000,00 |
| | Transação de ações próprias | | | | | | | |
| | Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| 23 | Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | | -9.361.224,91 | 2.396.138,18 | | | | -6.965.086,73 |
| | Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | | | | | | | |
| | Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis | | | | | | | |
| | Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis | | | | | | | |
| | Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa | | | | | | | |
| | Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira | | | | | | | |
| | Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio | | | | | | | |
| | Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos | | | | | 32.686,51 | 32.686,51 | |
| 23 | Aumentos de reservas por aplicação de resultados | | | | | | | |
| | Distribuição de reservas | | | | | | | |
| | Distribuição de lucros/prejuízos | | | | | | | |
| | Alterações de estimativas contabilísticas | | | | | | | |
| 23 | Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio | | -9.361.224,91 | -9.361.224,91 | -7.411.488,05 | | | -6.451.907,43 |
| | Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas | | | | | | | |
| | Total das variações do capital próprio | 10.000.000,00 | -8.064.494,34 | 2.058.988,23 | -7.411.488,05 | 32.686,51 | 32.686,51 | -3.416.994,16 |
| | Resultado líquido do período | | | | | | 1.605.624,60 | 1.605.624,60 |
| | Distribuição antecipada de lucros | | | | | | | |
| | Balço a 31 de dezembro 2010 | 17.500.000,00 | -8.064.494,34 | 2.058.988,23 | -7.411.488,05 | 32.686,51 | 1.605.624,60 | 5.655.943,93 |

(Valores expressos em euros)

| Notas do anexo | Demonstração do rendimento integral | Exercício 2010 |
|----------------|--|-----------------------|
| | Resultado líquido do exercício | 1.605.624,60 |
| | Outro rendimento integral do exercício | (9.623.398,01) |
| | Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | (9.361.224,91) |
| 15 | Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício (Nota 17) | 262.173,10 |
| | Reconhecimento de impostos diferidos | 2.396.138,18 |
| | TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS | (5.621.635,23) |

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2010
Contas Individuais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. foi constituída por escritura em 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000,000 euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização nº 1/2009-A do ISP. Iniciou a atividade em 1 de janeiro de 2010 e adquiriu com efeito a 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010, a carteira e os ativos e passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Compañia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, SA. A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa na Rua Castilho, 52.

A estrutura da MAPFRE Seguros de Vida, S.A. apresenta a seguinte organização:

A) Serviços centrais

Nestes serviços encontram-se as áreas técnicas e administrativas da gestão da empresa.

B) Rede MAPFRE

A extensa rede territorial integra os seguintes elementos:

- Escritórios diretos: são escritórios dotados com um quadro interno de colaboradores, onde se realizam fundamentalmente tarefas comerciais, atendimento ao público, apoio à rede de agentes e emissão de apólices de ramos de massa.
- Escritórios delegados: são escritórios dirigidos por um agente, com contrato de exclusividade, em que o seu trabalho assenta na venda de produtos MAPFRE.
- Agentes: A MAPFRE conta com um elevado número de agentes, tanto ao nível do negócio de particulares como de grandes negócios.
- Acordos especiais: A Companhia tem estabelecido alguns acordos com instituições financeiras e outras.

1.2. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2010 prémios de contratos de seguros no valor de 41 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 3 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2010, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2011, que assenta em 3 pilares primordiais – Crescimento; Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

NOTAS GERAIS:

As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2009 e 2010 e foram preparadas com base no regime contabilístico aplicado às empresas de seguros estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº. 20/2007, ambas do Instituto de Seguros de Portugal, exceto no que diz respeito à numeração das Notas uma vez que foi atribuída uma numeração sequencial própria. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas Notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005 com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Internacional Financial Reporting Interpretation Comittee (IFRIC)

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando no entanto pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Risco, Capitalização e P.P.R.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2010, apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

| Exercício de 2010 | | |
|-------------------|---------------------------|--------|
| Produtos de Risco | Produtos de Capitalização | P.P.R. |
| 12% | 39% | 49% |

| Exercício de 2009 - Atividade da Agência Geral | | |
|--|---------------------------|--------|
| Produtos de Risco | Produtos de Capitalização | P.P.R. |
| 15% | 52% | 33% |

2.2. Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia:

| 2010 | | | | |
|--|-------------------|--------------|----------------|---------------|
| Contas de Ganhos e Perdas | Ramos Vida Global | Risco | Capitalização | P.P.R. |
| Prémios adquiridos líquidos de resseguro | 40.478.563,63 | 4.772.838,70 | 14.200.709,28 | 21.505.015,65 |
| Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento | 2.200,00 | 0,00 | 2.200,00 | 0,00 |
| Custos com sinistros líquidos de resseguro | 47.040.608,93 | 1.274.158,78 | 37.902.494,80 | 7.863.955,35 |
| Provisões matemáticas líquidas de resseguro | -5.122.692,54 | 2.121.128,05 | -22.563.906,37 | 15.320.085,78 |
| Participação nos resultados líquida de resseguro | -185.162,50 | 0,00 | 0,00 | -185.162,50 |
| Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro | 3.500.015,59 | 616.843,21 | 1.905.421,06 | 977.751,32 |
| Rendimentos | 6.803.870,19 | 254.525,49 | 4.174.725,43 | 2.374.619,27 |
| Gastos financeiros | 536.141,67 | 21.594,37 | 317.543,45 | 197.003,85 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 262.173,10 | 6.044,02 | 287.990,70 | -31.861,62 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -426.411,73 | 0,00 | -426.411,73 | 0,00 |
| Outros rendimentos gastos técnicos líquidos de resseguro | 215.975,80 | 21.235,70 | 171.657,07 | 23.083,03 |
| Outras provisões (variação) | -468.035,96 | | | |
| Outros rendimentos/gastos | -23.866,56 | | | |
| Resultado antes de impostos | 2.011.629,24 | 1.020.919,50 | 849.317,81 | -302.777,47 |
| Impostos/rendimento do exercício-Impostos correntes | 394.465,74 | | | |
| Impostos/rendimento do exercício-Impostos diferidos | 11.538,90 | | | |
| Resultado depois de impostos | 1.605.624,60 | 1.020.919,50 | 849.317,81 | -302.777,47 |

Nos exercícios de 2010, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

2.3. Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação, não é alvo de análise por parte da Companhia e nesse sentido não é regularmente preparada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

No exercício de 2010, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico exceto no que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

No balanço, conta de ganhos e perdas e de uma forma geral nos demais quadros de informação complementar, não são apresentados valores para o exercício anterior dado que o exercício de 2010 é o primeiro ano de atividade da MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

Sendo a comparabilidade uma qualidade essencial da informação proporcionada pelas demonstrações financeiras e respetiva informação complementar, sempre que seja de utilidade significativa, apresentam-se para o exercício anterior os valores da atividade da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, S.A., de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas no site www.mapfre.com.

3.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas

3.1.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela companhia correspondem a contas em euros.

3.1.2. Instrumentos financeiros

3.1.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas", "Ativos financeiros disponíveis para venda" e em "Empréstimos concedidos e contas a receber".

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são diretamente reconhecidos em resultados, na primeira categoria e acrescidos ao valor do ativo nas restantes.

3.1.2.2. Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

3.1.2.2.1. Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria de ativos diz respeito aos ativos irrevogavelmente classificados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro, estão considerados ao justo valor e classificados como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas.

3.1.2.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica, instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".

O justo valor de um instrumento financeiro, corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se atualizando os fluxos financeiros futuros, incluindo o valor de reembolso, a taxas equivalentes às taxas de juro swaps em euros, adicionados ou diminuídos da qualidade creditícia do emissor e homogeneizados em função da qualidade do emissor e da maturidade. Na nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.1.2.2.3. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

A carteira de ativos registada em "Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos" é constituída exclusivamente por depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação.

Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.1.2.2.4. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente e por cada um dos ativos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda".

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

A valorização é corrigida, com efeito, em resultado quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência;
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos;

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado;
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia;

A MAPFRE decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2010 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39.
- Não ser oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.1.3. Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.1.4. Outros ativos intangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

3.1.5. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.1.10. e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.1.6. Benefícios dos empregados

A Companhia segue os princípios estabelecidos na IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores, no reconhecimento das responsabilidades com benefícios dos empregados.

3.1.6.1. Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões:

A Companhia adota o Plano de Benefícios Definidos, estabelecido no Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para a Atividade Seguradora, nos termos do qual é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de invalidez aos trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora até junho de 1995.

As responsabilidades totais da Companhia encontram-se garantidas através de apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, cujo contrato foi efetuado na própria Companhia. Em consequência, o valor atual destas responsabilidades é refletido no passivo, sendo o justo valor dos ativos refletido no ativo.

O valor atual das responsabilidades da Companhia é apurado numa base anual, pelo método de valoração atuarial da unidade de crédito projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 23.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças, entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas. De igual forma, o custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.1.6.2. Benefícios de curto prazo:

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.1.7. Outros devedores

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquidos dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

3.1.8. Provisões técnicas

3.1.8.1. Provisão matemática

Para os seguros sobre a vida é calculada a provisão matemática apólice por apólice segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospets dos produtos e mantém-se inalterável durante todo o período de vigência do contrato.

As provisões dos seguros de Vida em que contratualmente se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro, são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.1.8.2. Provisão para sinistros de seguro direto

3.1.8.2.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão nomeadamente os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos mas não liquidados e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

3.1.8.2.2. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Nesta rubrica é registado o valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos mas não declarados à data de encerramento das contas.

3.1.8.3. Provisão para participação nos resultados

3.1.8.3.1. Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, e é registada como mais valor de provisões matemáticas.

3.1.8.3. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

3.1.8.4. Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão é apurada de acordo com o método “pró rata temporis” e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço, encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.1.9. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado nesta rubrica é relativa à componente de depósito de contratos de seguros que, no âmbito da IFRS4, são contabilizados como contratos de investimento e encontram-se valorizados ao custo amortizado.

3.1.10. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

3.1.11. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

3.1.12. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A rubrica "Outras provisões" inclui apenas valores decorrentes de processos judiciais.

3.1.13. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 21 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações

3.1.14. Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os prémios de contratos anuais renováveis de Vida são reconhecidos como ingresso ao largo do período de vigência dos mesmos, em função do tempo decorrido. A periodização dos prémios é efetuada através da constituição da provisão para prémios não adquiridos.

Os prémios de Vida a longo prazo, tanto os prémios únicos como os periódicos, são reconhecidos quando surge o direito da cobrança por parte da Companhia.

Os prémios correspondentes ao resseguro cedido são registados em função dos contratos de resseguro subscritos e com os mesmos critérios utilizados para o seguro direto.

As comissões, tanto de seguro direto como resseguro cedido acompanham a contabilização dos prémios.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.1.10.4. e 3.1.7. anteriores, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros,

3.1.15. Impostos

Os impostos sobre os lucros compreendem, os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram, tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.1.15.1. Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados, com base no lucro tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros, requer um conjunto de interpretações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

3.1.15.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.1.16. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas, com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2. Alterações de políticas contabilísticas

3.2.1 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010

Em resultado do endosso por parte da união europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da companhia. Na nota 30.1 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010.

3.3. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos de julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas, é necessária a realização de estimativas pelo conselho de administração da companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.3.1. Benefícios dos empregados

Conforme descrito na alínea 3.1.8.1. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da companhia por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.3.2. Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea 3.1.10. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser substancialmente diferentes das estimativas reconhecidas em balanço. No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.3.3. Perdas por deterioro de determinados ativos

A Companhia reconheceu as perdas por deterioro dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores significativamente diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGURO

4.1. Identificação e explicação das quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro.

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro;

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.1.10.

b) Processos usados para determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras;

l) Provisão matemática

| Produtos | Taxa Técnica Garantida | Tabela mortalidade |
|--------------------------------------|--|---|
| SEGURO DE VIDA | | |
| RENDAS | | |
| Rendas vitalícias | 3,25% - 3,85% - 4% - 4,25% - 4,5% - 4,75% - 4,9% - 4,95% | GRF95 Modificada - GRM95 Modificada |
| Outras rendas | 2,25% - 3% | GRF95 Modificada - GRM95 Modificada |
| CAPITAIS DIFERIDOS | | |
| Capitais diferidos com contra seguro | 2,25% - 2,5% - 3% - 3,5% - 3,96% - 4% - 4,5% - 2,25%+3% | GKM95 - GRM95 Modificada |
| VIDA INTEIRA E MISTOS | | |
| Vida inteira | 2,25% - 2,5% - 3% - 4% | 90GKF80 - GKF95 - GKM80 - GKM95 |
| Mistos | 2,03% - 2,5% - 2,5% - 3% - 4% | GKM80 - GKM95 |
| TEMPORÁRIOS | | |
| Temporários < = 1 ano | 2,25% - 2,5% - 3% - 4% | 80GKM80 - 85GKM95 - 85GKF95 (TM9-TM10) Modificada - 90GKF80 - 90GKM80 - 90GKM95 - 90GKF95 Modificada - 95GKF95 - 95GKM95 - 95GKF95 (TM1-TM2) Modificada - 95GKM95 Modificada - GKF95 - GKM80 - GKM95 - GKM95/GKF95 Modificada |

As provisões matemáticas representam as responsabilidades assumidas para com os segurados e foram determinadas segundo métodos atuariais prospetivos, tendo o cálculo sido efetuado contrato a contrato, nos termos das notas técnicas de cada uma das modalidades de seguro.

Nos contratos de capitalização, as provisões matemáticas correspondem à totalidade dos prémios pagos, líquidos de encargos, capitalizados à taxa de juro técnica garantida para cada uma das modalidades e ao valor da participação nos resultados, já distribuída, para os contratos que conferem esse direito.

A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. aplica no momento da contratação e para efeitos do cálculo do valor do prémio, as bases técnicas que se mostram mais ajustadas ao tipo de produto, são chamadas bases técnicas iniciais (BTI). No decorrer do contrato, e sempre que se comprove essa necessidade essas bases técnicas são modificadas e dão lugar às bases técnicas contabilísticas (BTC), a partir das quais se passam a registar as responsabilidades no âmbito desta provisão.

Apresentamos um quadro resumo das bases técnicas contabilísticas aplicadas às várias famílias de produtos:

| Produtos | Taxa Técnica Garantida | Tabela mortalidade |
|---|------------------------|---|
| Temporários de 1 a 3 anos | 2.25% | GKM95 |
| Temporários > 5 anos | 2,25% - 2,5% - 3% - 4% | 90GKF80 - 90GKM80 - 95GKM95 (TM1) Modificada - 95GKM95 - 95GKF95 (TM1-TM2) Modificada - GKF95 - GKM80 - GKM95 |
| UNIVERSAL LIFE | | |
| Tipo universal life | 2,25% - 3% | GKM95 |
| SEGUROS LIGADOS A FUNDOS DE INVESTIMENTO SEM RISCO DE INVESTIMENTO | | |
| Capitais diferidos com contra seguro | 2,25% - 3% | GKM95 |
| COM RISCO DE INVESTIMENTO | | |
| Capitais diferidos com contra seguro | 2,25% - 2,5% - 3% | GKM95 |

O valor das provisões matemáticas referentes ao seguro direto e resseguro cedido apresenta a seguinte composição por famílias de produtos:

| Exercício de 2010 | | | | |
|--------------------------------------|---|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Provisão Matemática - Seguro Direto | Concentração Empresarial Agência Geral da MAPFRE Vida | Aumento | Redução | Valor Final |
| CONTRATOS DE SEGUROS | | | | |
| Rendas Vitalícias | 6.070.997,38 | 1.714.625,85 | 0,00 | 7.785.623,23 |
| Restantes Produtos Risco | 120.734,22 | 17.040,95 | 0,00 | 137.775,17 |
| Produtos de Capitalização | 114.447.998,31 | 0,00 | 22.563.906,37 | 91.884.091,94 |
| Não ligados a Fundos de Investimento | 86.487.857,62 | 0,00 | 9.902.290,64 | 76.585.566,98 |
| Ligados a Fundos de Investimento | 27.960.140,69 | 0,00 | 12.661.615,73 | 15.298.524,96 |
| P.P.R. | 46.432.056,91 | 15.320.085,78 | 0,00 | 61.752.142,69 |
| Não ligados a Fundos de Investimento | 46.432.056,91 | 15.320.085,78 | 0,00 | 61.752.142,69 |
| Ligados a Fundos de Investimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 167.071.786,82 | 17.051.752,58 | 22.563.906,37 | 161.559.633,03 |

| Exercício de 2010 | | | | |
|-------------------------------------|---|-------------|-------------------|-------------|
| Provisão Matemática - Seguro Direto | Concentração Empresarial Agência Geral da MAPFRE Vida | Aumento | Redução | Valor Final |
| CONTRATOS DE SEGUROS | | | | |
| Restantes Produtos Risco | 389.461,25 | 0,00 | 389.461,25 | 0,00 |
| TOTAL | 389.461,25 | 0,00 | 389.461,25 | 0,00 |

c) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro, para o exercício de 2010 - Provisões técnicas, tendo em consideração a compra dos ativos e passivos da Agência Geral da MAPFRE Vida.

| Exercício de 2010 | | | | |
|---|---|-------------------|---------------------|-----------------------|
| Provisões Técnicas - Seguro Direto | Concentração Empresarial Agência Geral da MAPFRE Vida | Aumento | Redução | Valor Final |
| CONTRATOS DE SEGUROS | | | | |
| Provisão Matemática | 167.071.786,82 | 0,00 | 5.512.153,79 | 161.559.633,03 |
| Provisão para sinistros | 7.811.858,34 | 11.300,83 | 554.372,07 | 7.268.787,10 |
| Prestações | 7.794.344,42 | 0,00 | 554.372,07 | 7.239.972,35 |
| IBNR | 17.513,92 | 11.300,83 | 0,00 | 28.814,75 |
| Provisão para Participação nos Resultados | 341.257,35 | 156.094,85 | 341.257,35 | 156.094,85 |
| Provisão para Prémios não Adquiridos | 769.281,32 | 0,00 | 113.516,74 | 655.764,58 |
| Prémios não adquiridos | 769.281,32 | 0,00 | 31.765,01 | 737.516,31 |
| Custos de aquisição diferidos | 0,00 | 0,00 | 81.751,73 | -81.751,73 |
| TOTAL | 175.994.183,83 | 167.395,68 | 6.521.299,95 | 169.640.279,56 |

| Exercício de 2010 | | | | |
|---------------------------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| Provisões Técnicas - Resseguro Cedido | Concentração Empresarial Agência Geral da MAPFRE Vida | Aumento | Redução | Valor Final |
| CONTRATOS DE SEGUROS | | | | |
| Provisão Matemática | 389.461,25 | 0,00 | 389.461,25 | 0,00 |
| Provisão para sinistros | 0,00 | 549.877,61 | 0,00 | 549.877,61 |
| Prestações | 0,00 | 540.282,48 | 0,00 | 540.282,48 |
| IBNR | 0,00 | 9.595,13 | 0,00 | 9.595,13 |
| Provisão para Prémios não Adquiridos | 0,00 | 125.081,30 | 15.110,40 | 109.970,90 |
| Prémios não adquiridos | 0,00 | 125.081,30 | 0,00 | 125.081,30 |
| Custos de aquisição diferidos | 0,00 | 0,00 | 15.110,40 | -15.110,40 |
| TOTAL | 389.461,25 | 674.958,91 | 404.571,65 | 659.848,51 |

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido, e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto, são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido, está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

O Anexo 2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2010, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

d) No quadro abaixo demonstram-se os movimentos efetuados, no exercício, referentes à provisão para participação nos resultados:

| Exercício de 2010 | |
|---|-------------|
| Provisão para Participação nos Resultados | Valor Final |
| Concentração Empresarial Agência Geral da MAPFRE Vida | 341.257,35 |
| Participação atribuída | -341.257,35 |
| Distribuição de resultados | 156.094,85 |
| TOTAL | 156.094,85 |

4.2. Avaliação da natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada de todos e cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual, é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Riscos e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos macro-objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos, rentabilidade, etc.), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão, as que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação, conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões, gastos gerais, etc.), assegurando cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais da responsabilidade do chefe de projeto e por reuniões do Comité de Steering respetivo, cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Riscos e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência;
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referencia o rating A da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco;

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo dos custos através de uma política de deteção de fraudes.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar;
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos;

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Riscos e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité comercial, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por produtos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- Comité de sinistros, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da velocidade de liquidação;
- Comité de alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;
- Comité de riscos, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspetos relevantes:
 - Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;
 - Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira, procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (conta de resultados e balanço), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado, taxa de rentabilidade financeira, etc.), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da empresa, prever a atribuição de remunerações variáveis a todos os colaboradores indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos / estimados sobre o risco específico de seguros

l) Sensibilidade ao risco do seguro

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no “European Embedded Value”. O valor implícito obtém-se adicionando ao património neto ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos fricionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

No quadro abaixo apresenta-se a composição do valor implícito a 31 de dezembro de 2010:

| Exercício de 2010 | | | |
|---|-------------------------------|----------------------|---------------|
| Conceito | Produtos de Morte e Invalidez | Produtos Financeiros | Total |
| Capitais Próprios Ajustados | 623 | 5.033 | 5.656 |
| Valor Atual dos Resultados Futuros | 9.245 | -101 | 9.144 |
| Custos de Opções e Garantias | 0 | -826 | -826 |
| Custos Friccionais do Capital Requerido | -107 | -298 | -405 |
| Total valor implícito | 9.761 | 3.808 | 13.569 |

(Valores expressos em milhares de euros)

Para o exercício de 2010, não são apresentadas análises de sensibilidade tendo em consideração os impactos, em capitais próprios e resultados, decorrentes da alteração de algumas variáveis, nomeadamente: valorizações/desvalorizações de carteira; taxas de mortalidade, invalidez, longevidade (risco biométrico); encargos gerais; níveis de anulações e/ou resgates, dado que o exercício de 2010 foi o primeiro ano de atividade, sendo que estas análises serão efetuadas e relatadas a partir do próximo exercício.

II) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

| Exercício de 2010 | | | | | |
|-----------------------------|-------------------|--------------------------|---------------------------|--------|--------|
| Rubrica | Rendas Vitalícias | Restantes Produtos Risco | Produtos de Capitalização | P.P.R. | Total |
| Prémios emitidos | 1.943 | 3.195 | 17.186 | 21.505 | 43.829 |
| Prémios de resseguro cedido | 0 | 522 | 2 | 0 | 524 |
| % Composição da carteira | 4% | 7% | 39% | 49% | 100% |
| % Média de retenção | 100% | 84% | 100% | 100% | 99% |

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

III) Sinistros efetivos

A análise da sinistralidade efetiva apresenta-se no quadro abaixo, relacionando os seus valores com prémios emitidos, no caso de produtos com maior predominância de prémios periódicos e com provisões matemáticas, no caso de produtos com maior incidência de prémios únicos.

| Exercício de 2010 | | | | | |
|--------------------------------------|-------------------|--------------------------|---------------------------|--------|---------|
| Rubrica | Rendas Vitalícias | Restantes Produtos Risco | Produtos de Capitalização | P.P.R. | Total |
| Sinistros Efetivos | 601 | 1.642 | 37.903 | 7.864 | 48.010 |
| % Sinistralidade por segmento | 1% | 4% | 79% | 16% | 100% |
| Prémios emitidos | 1.943 | 3.195 | 14.203 | 21.505 | 40.846 |
| % Sinistralidade s/ Prémios emitidos | - | 51% | - | - | - |
| Provisão matemática | 7.785 | 138 | 91.884 | 61.753 | 161.560 |
| % Sinistralidade s/ Prov matemática | 8% | - | 41% | 13% | - |

(Valores expressos em milhares de euros)

4.3. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de mercado, crédito, liquidez e operacionais

4.3.1. Risco de mercado – risco cambial

Este risco é inexistente, uma vez que a companhia tem todas as suas apólices emitidas em Euros.

4.3.2. Risco de crédito

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 90% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a restante carteira e para domiciliada não cobrada é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE Seguros de Vida, não dispõem de capacidade de cobrança de prémios e/ou liquidação de sinistros, pelo que a exposição ao risco de crédito é nula.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

| Resseguro Cedido | Valor Contabilístico 2010 |
|--|---------------------------|
| Provisão para sinistros | 549.877,61 |
| Outras provisões técnicas | 109.970,90 |
| Créditos por operações de resseguro cedido | 92.298,70 |
| Dívidas por operações de resseguro cedido | -2.204,59 |
| TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA | 749.942,62 |

Esta exposição máxima, encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

| Classificação Creditícia de Resseguradores | Valor Contabilístico 2010 |
|--|---------------------------|
| AA | 749.942,62 |
| TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA | 749.942,62 |

4.3.3. Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de tesouraria suficientes.

A 31 de dezembro de 2010 o saldo de tesouraria era de 5.137.432,42 euros e representava 3% do total de investimentos financeiros e tesouraria. Por outro lado, cerca de 90% dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

| Exercício de 2010 | | | | | | | |
|---|---------------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Conceito | 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano | 5º ano | Após o 5º ano | Saldo Final |
| Provisão Matemática | 64.398 | 8.231 | 7.756 | 12.489 | 23.947 | 44.739 | 161.560 |
| Provisão para sinistros | 7.113 | 120 | 15 | 5 | 0 | 16 | 7.269 |
| Provisão para Participação nos Resultados | 156 | | | | | | 156 |
| Provisão para Prémios não Adquiridos | 656 | | | | | | 656 |
| Dívidas por operações de seguro direto | 279 | 12 | 9 | 6 | 3 | 0 | 310 |
| Dívidas por operações de resseguro | 2 | | | | | | 2 |
| TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA | 72.604 | 8.363 | 7.780 | 12.500 | 23.950 | 44.755 | 169.953 |

(Valores expressos em milhares de euros)

4.3.4. Risco operacional

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskmap, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: atuarial, jurídica, tecnológica, recursos humanos, procedimentos, informação, fraude, mercado e bens materiais.

Através desta ferramenta foram selecionados 68 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 466 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Através do quadro seguinte podemos concluir que, apesar de poderem existir alguns riscos com criticidade elevada, tal não se verifica ao nível dos processos.

| Processo | Índice de Criticidade Associado |
|-----------------------------|---------------------------------|
| GERAL | 60,40 |
| Desenvolvimento de produtos | 56,20 |
| Emissão | 60,80 |
| Sinistros | 48,00 |
| Gestão Administrativa | 61,30 |
| Atividades Comerciais | 64,40 |
| Recursos Humanos | 62,80 |
| Comissões | 61,50 |
| Co-Seguro / Resseguro | 51,60 |
| Provisões Técnicas | 52,00 |
| Investimentos | 64,10 |
| Sistemas Tecnológicos | 71,80 |
| Atendimento ao Cliente | 65,40 |

4.3.5. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos, garantem uma elevada consistência na gestão de risco da companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

A estimação dos riscos é efetuada através de um modelo standard de fatores fixos que quantifica os riscos financeiros, os riscos de crédito e os riscos de seguros, em articulação com os requisitos do projeto Solvência II. Esta estimação efetua-se, no mínimo, uma vez por ano, sendo objetivo que se realize duas vezes.

O Grupo MAPFRE, possui uma política de capitalização e dividendos de forma a dotar cada unidade dos capitais necessários à cobertura dos riscos assumidos, segundo a qual, o capital disponível a cada momento nunca poderá ser inferior ao capital mínimo legal exigido, acrescido de uma margem de 10%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos;

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos, sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática;

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização:

Esta vertente é assegurada, pela divulgação a toda a empresa da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.5. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia iniciou em 2010 o estudo atuarial pormenorizado dos produtos adquiridos, com da compra da carteira de apólices à Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, SA. Com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método "pro-rata temporis", tendo sido validadas pelo Atuário Responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

4.6. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da companhia:

| Exercício de 2010 | |
|-------------------------------|------|
| Rubrica | Vida |
| Rácio de sinistralidade | 104% |
| Rácio de custos de exploração | 9% |
| Rácio combinado | 113% |
| Rácio operacional | 98% |

* Calculados brutos de resseguro cedido

O rácio de sinistralidade surge com uma percentagem superior a 100% devido essencialmente a um elevado valor de vencimentos - de um produto financeiro vendido há alguns anos atrás, e que devido à deficiente performance dos mercados financeiros, que tem provocado uma indisponibilidade de reinvestimento por parte dos segurados, não tem tido compensação em nova produção.

Os rácios de custos de exploração e de gastos gerais apresentam percentagens dentro do considerado normal, encontrando-se por isso, o rácio combinado encontra-se afetado pelo mesmo motivo que o rácio de sinistralidade.

5. PASSIVOS FINANCEIROS

O valor apresentado nas demonstrações da posição financeira de 5.092.115,36 euros, refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Estas responsabilidades respeitam a dois produtos, um vendido em 2009 e outro em finais de 2010. Encontram-se ambos valorizados ao custo amortizado, não tendo sido registados pagamentos de qualquer tipo neste exercício.

Os rendimentos e gastos incluídos na conta de ganhos e perdas são os seguintes:

| Exercício de 2010 | | |
|---|-------------|-----------|
| Rubrica | Rendimentos | Gastos |
| Comissões do contratos de seguro | 2.200,00 | |
| Amortização por utilização do método do juro efectivo | 7.941,13 | 12.369,29 |
| Juros das participações financeiras | 22.761,64 | |
| TOTAL | 32.902,77 | 12.369,29 |

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Ativos financeiros disponíveis para venda". Durante o exercício de 2010 não foram efetuadas transferências de ativos entre carteiras.

A reconciliação, dos saldos inicial e final dos instrumentos financeiros, encontra-se no quadro seguinte:

| Exercício de 2010 | | | | |
|--|-------------------|----------------------------------|---|----------------------|
| Rubrica | Títulos de Dívida | Ações e Unidades de Participação | Empréstimos concedidos e contas a receber | Valor Contabilístico |
| Saldo inicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concentração Empresarial da Agência Geral, em Portugal, da MAPFRE Vida | 142.421.315,25 | 34.536.054,25 | 1.018.438,55 | 177.975.808,05 |
| Aquisições (a valor aquisição) | 144.033.420,77 | 42.800.623,38 | | 186.834.044,15 |
| Reembolsos (a valor aquisição) | 17.639.896,97 | | | 17.639.896,97 |
| Alienações (a valor aquisição) | 121.111.551,20 | 55.374.803,45 | | 176.486.354,65 |
| Transferências (a valor aquisição) | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Variação do justo valor | -8.353.831,77 | 556.671,70 | | -7.797.160,07 |
| Variação do custo amortizado | 20.098,50 | | | 20.098,50 |
| Juros | 3.554.521,32 | | | 3.554.521,32 |
| Outros aumentos | | | 4.752.803,00 | 4.752.803,00 |
| Outras diminuições | | | 249.414,56 | 249.414,56 |
| Saldo final | 142.924.075,90 | 22.518.545,88 | 5.521.826,99 | 170.964.448,77 |

6.1. No anexo 1 às notas ao balanço e conta de ganhos e perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no balanço em “ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” e “ativos financeiros disponíveis para venda”.

- Justo valor

6.11. Métodos de apuramento do justo valor

a) No ponto 3.1.3., são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia. Detalham-se nos parágrafos seguintes, os procedimentos adotados com vista à metodologia de determinação do justo valor dos títulos de dívida:

b) Os títulos de rendimento fixo, estão valorizados consoante o processo que abaixo se descreve, à cotação de fecho dos mercados, obtida através da “Bloomberg” ou à cotação encontrada através de um modelo interno:

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o spread implícito sobre a curva swap euro;
- Automaticamente é realizado um controlo para detectar se o spread se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao spread médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o spread e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o spread médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa swap adicionada do spread considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;

- Se isso se verifica, então aplica-se um spread “fixo”, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes spreads são revistos semanalmente;
- Descontando os fluxos do título à taxa swap adicionada do spread “fixo” obtém-se a cotação de valorização do título;

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a circular nº. 11/2008, de 16 de dezembro, a MAPFRE Seguros de Vida, S.A., adota este processo em virtude do funcionamento atual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 7.737.355,52 euros, são os seguintes:

| ISIN | Nome do emissor |
|--------------|--------------------------------|
| ES0000012726 | TESORO PUBLICO |
| ES0000012767 | TESORO PUBLICO |
| ES0224261000 | RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P |
| ES0313790026 | BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. |
| ES0314954068 | IBERCAJA |
| ES0413900095 | BANCO SANTANDER SA |

Adicionalmente, existem ainda alguns títulos cuja valorização, não sendo calculada através do modelo interno já referido, não apresentam exatamente a cotação de fecho dos mercados indicado na Bloomberg. Esta valorização foi calculada utilizando a média da cotação de um determinado período, incluindo o valor da cotação do dia 31/12/2010. Tendo em conta a baixa volatilidade as diferenças não são significativas.

Os instrumentos financeiros - valorizados à cotação da referida média, no montante de 5.253.350,50 euros, são os seguintes:

| ISIN | Nome do emissor |
|--------------|----------------------------|
| ES0214950059 | CAJA MADRID |
| ES0413440068 | BANCO ESPAÑOL DE CREDITO |
| ES0413770001 | BANCO PASTOR |
| ES0413790116 | BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. |
| ES0414950784 | CAJA MADRID |

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

| Exercício de 2010 | | | | |
|--|-------------------------------------|---------------|---------|----------------|
| Conceito | Justo Valor - Níveis de Valorização | | | |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | TOTAL |
| Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | | | | |
| Unidades participação de fundos investimento | 0.00 | 15,766,544.45 | 0.00 | 15,766,544.45 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | | | |
| Ações | 5,777,701.64 | 0.00 | 0.00 | 5,777,701.64 |
| Unidades participação de fundos investimento | 0.00 | 974,299.79 | 0.00 | 974,299.79 |
| Títulos de dívida pública | 69,515,598.95 | 457,260.25 | 0.00 | 69,972,859.20 |
| Títulos de outros emissores | 65,671,121.43 | 7,280,095.27 | 0.00 | 72,951,216.70 |
| TOTAL | 140,964,422.02 | 24,478,199.76 | 0.00 | 165,442,621.78 |

Nos termos da IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando os investimentos são valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’ e que essas cotações traduzam liquidez e profundidade na formação dessas cotações.

Nível 2 – quando os ativos financeiros são valorizados através de modelos de avaliação sustentados em variáveis de mercado observáveis.

Níveis 3 – quando os ativos financeiros são valorizados com base em modelos de avaliação suportados por dados não são sustentados por evidências de mercado.

No quadro seguinte mostra-se o detalhe dos investimentos financeiros detidos pela companhia à data de encerramento do exercício:

| Exercício de 2010 | | | | | |
|--|----------------------|------------------|-------------------------|--------------|----------------|
| Tipo de Ativo | Valor Contabilístico | | | | |
| | Aquisição | Custo Amortizado | Ajustamento ao J. Valor | Juro | TOTAL |
| Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | 15.499.210,18 | 0,00 | 267.334,27 | 0,00 | 15.766.544,45 |
| Unidades participação fundos investimento | 15.499.210,18 | | 267.334,27 | | 15.766.544,45 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 154.165.951,85 | 20.098,50 | -8.064.494,34 | 3.554.521,32 | 149.676.077,33 |
| Ações | 5.635.134,38 | | 142.567,26 | | 5.777.701,64 |
| Unidades participação fundos investimento | 827.529,62 | | 146.770,17 | | 974.299,79 |
| Títulos de dívida pública | 75.104.810,85 | -4.960,14 | -6.602.348,12 | 1.475.356,61 | 69.972.859,20 |
| Títulos de outros emissores | 72.598.477,00 | 25.058,64 | -1.751.483,65 | 2.079.164,71 | 72.951.216,70 |
| Empréstimos concedidos e contas a receber | 5.524.575,32 | 0,00 | 0,00 | -2.748,33 | 5.521.826,99 |
| Outros depósitos | 4.752.803,00 | | | | 4.752.803,00 |
| Empréstimos concedidos | 771.772,32 | | | -2.748,33 | 769.023,99 |
| TOTAL | 175.189.737,35 | 20.098,50 | -7.797.160,07 | 3.551.772,99 | 170.964.448,77 |

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.1.2.2.4., não tendo resultado nenhuma imparidade à data de encerramento das contas do exercício de 2010.

No que concerne aos títulos de dívida pública de Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda o nosso entendimento é que não há incumprimento objetivo, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos, e existem também informações adicionais, como é o caso do recurso ao apoio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e ao FMI, que permitem um posicionamento otimista em relação à evolução futura.

Apresentamos abaixo a percentagem de exposição aos títulos de dívida pública dos países acima referenciados em relação ao total do investimento da Companhia em participações e instrumentos financeiros:

| Exercício de 2010 | | |
|---------------------------|---------------|--|
| Rubrica | Valor Balanço | % de exposição s/o total de Participações e Instrumentos Financeiros |
| REPÚBLICA DE PORTUGAL | 59.125.782,32 | 35.7% |
| TESOURO PÚBLICO - ESPANHA | 10.472.854,22 | 6.3% |
| TOTAL | 69.598.636,54 | 42.1% |

- Contabilidade de cobertura

No exercício de 2010, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura

- Natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros

6.16. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a MAPFRE baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

Não obstante, assume um certo grau de risco de mercado, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

Para o exercício de 2010, não é apresentada a análise de sensibilidade tendo em consideração o impacto, em capitais próprios e resultados, decorrentes da alteração das taxas de juro, dado que o exercício de 2010 foi o primeiro ano de atividade, sendo que estas análises serão efetuadas e relatadas a partir do próximo exercício.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco, apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco, se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.17. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por tipo de risco

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

| Exercício de 2010 | | | | |
|--|---------------|-----------------------------------|--------------|----------------|
| Classificação Creditícia dos Emissores | Valor Mercado | | | |
| | Estado | Bancos e Instituições Financeiras | Seguradoras | Total |
| AAA | 0,00 | 25.197.542,77 | 0,00 | 25.197.542,77 |
| AA | 15.745.740,56 | 15.662.299,20 | 1.323.780,80 | 32.731.820,56 |
| A | 59.125.782,32 | 18.355.139,69 | 4.265.524,06 | 81.746.446,07 |
| BBB | 0,00 | 0,00 | 3.248.266,50 | 3.248.266,50 |
| BB ou menor | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Sem qualificação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 74.871.522,88 | 59.214.981,66 | 8.837.571,36 | 142.924.075,90 |

Os instrumentos financeiros encontram-se classificados de acordo com o seguinte quadro:

| Exercício de 2010 | | | | |
|--|--|---|---|----------------|
| Tipo de Ativo | Valor Contabilístico | | | |
| | Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de g&p | Ativos financeiros disponíveis para venda | Empréstimos concedidos e contas a receber | Total |
| Ações | | 5.777.701,64 | | 5.777.701,64 |
| Unidades participação fundos de investimento | 15.766.544,45 | 974.299,79 | | 16.740.844,24 |
| Títulos de dívida pública | | 6.997.285,92 | | 6.997.285,92 |
| Títulos de outros emissores | | 7.295.121,67 | | 7.295.121,67 |
| Outros depósitos | | | 47.528,03 | 47.528,03 |
| Empréstimos concedidos | | | 769.023,99 | 769.023,99 |
| TOTAL | 15.766.544,45 | 149.676.077,33 | 5.521.826,99 | 170.964.448,77 |

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para valores de rendimento fixo, e o VaR (valor em risco) para o rendimento variável.

No quadro abaixo detalha-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

| Tipo de ativo | Saldo Final | Exercício de 2010 | | | | | | Taxa de juro | Duração Modificada |
|-----------------------------|----------------|-------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------------|
| | | Vencimento a: | | | | | | | |
| | | 1 ano | 2 anos | 3 anos | 4 anos | 5 anos | Após 5 anos | | |
| Carteira disponível p/venda | | | | | | | | | |
| Títulos de dívida | 142.924 | 10.411 | 11.621 | 6.420 | 25.653 | 15.823 | 72.996 | 4,8066 | 4,7198 |
| Carteira a vencimento | | | | | | | | | |
| Outros depósitos * | 4.752 | 4.753 | | | | | | | |
| TOTAL | 147.676 | 15.164 | 11.621 | 6.420 | 25.653 | 15.823 | 72.996 | - | - |

(Valores expressos em milhares de euros)

* Aplicações a curto prazo com vencimento inferior a 1 ano.

A duração modificada, reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas que estão denominados à data de encerramento do exercício:

| Tipo de Moeda | Exercício de 2010 | | | | |
|---------------|----------------------|-------------------------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| | Valor Contabilístico | | | | |
| | Ações | Unidades participação fundos invest | Títulos de dívida | Outros Depósitos | Total |
| Euro | 5.160.418,56 | 16.740.844,24 | 142.924.075,90 | 5.521.826,99 | 170.347.165,69 |
| Franco Suíço | 448.367,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 448.367,56 |
| Libras | 168.915,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 168.915,52 |
| TOTAL | 5.777.701,64 | 16.740.844,24 | 142.924.075,90 | 5.521.826,99 | 170.964.448,77 |

O seguinte quadro, reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

| Exercício de 2010 | | |
|--------------------------------|----------------------|--------------|
| Carteira Disponível para venda | Valor contabilístico | VaR |
| Instrumentos de Rendimento | 22,52 | 2,996 |
| TOTAL | 22,52 | 2,996 |

(Valores expressos em milhares de euros)

7. Caixa e equivalente e depósitos à ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo total dos saldos das contas bancárias. O caixa apresenta saldos zero, porque todos os valores são depositados em banco antes do encerramento do período, conforme descrito no ponto 3.1.1.

| Componentes de Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período | 2010 | 2009 |
|--|--------------|--------------|
| Caixa | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos à ordem | 5.137.432,42 | 7.589.925,25 |
| Outros ativos financeiros | 0,00 | 0,00 |
| Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do período | 5.137.432,42 | 7.589.925,25 |

8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Conforme descrito na nota 3, os ativos tangíveis, exceto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

| Outros ativos tangíveis | N.º anos |
|----------------------------|----------|
| Equipamento administrativo | 8 |
| Máquinas e ferramentas | 4 a 8 |
| Equipamento informático | 3 |
| Instalações interiores | 4 a 10 |
| Outro equipamento | 4 a 8 |

Os bens de valor inferior ou igual a €199,52 são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

| Outros Ativos Tangíveis | Exercício de 2010 | | | | | |
|----------------------------|-------------------------------|--|-----------------|-----------------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| | Saldo inicial (valor líquido) | Concentração Empresarial da Agência Geral da MAPFRE Vida | Aquisições | Transferência abates e alienações | Amortização do exercício | Saldo final (valor líquido) |
| Equipamento | | | | | | |
| Equipamento administrativo | 0,00 | 2.880,94 | 0,00 | 0,00 | 625,97 | 2.254,97 |
| Máquinas e ferramentas | 0,00 | 504,61 | 0,00 | 0,00 | 288,35 | 216,26 |
| Equipamento informático | 0,00 | 121,41 | 1.254,58 | 0,00 | 400,18 | 975,81 |
| TOTAL | 64,20 | 3.506,96 | 1.254,58 | 0,00 | 1.314,50 | 3.447,04 |

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

9. Afetação dos investimentos e outros ativos

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

| Rubrica | Exercício de 2010 | | |
|---|---|---|--|
| | Seguros de vida com participação nos resultados | Seguros de vida sem participação nos resultados | Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento |
| Caixa e equivalentes | | 5.137.432,42 | |
| Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas | | 15.766.544,45 | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 113.515.018,38 | 33.335.412,53 | 2.825.646,42 |
| Empréstimos concedidos e contas a receber | | 5.521.826,99 | |
| Outros ativos tangíveis | | 3.447,04 | |
| Outros ativos | | 81.751,73 | |
| TOTAL | 113.515.018,38 | 59.846.415,16 | 2.825.646,42 |

10. Ativos intangíveis

10.1. O modelo de valorização aplicado aos Ativos Intangíveis é o modelo do custo

10.2. As despesas com aplicações informáticas são o único tipo de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

| Exercício de 2010 | | | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|--|-------------------|-----------------------------|---------------------|-----------------------------|
| Outros Ativos Intangíveis | Saldo inicial (valor líquido) | Concentração Empresarial da Agência Geral da MAPFRE Vida | Aquisições | Transf. abates e alienações | Amort. do exercício | Saldo final (valor líquido) |
| Despesas com aplicações informáticas | 0,00 | 5.564,71 | 340.111,93 | 0,00 | 42.525,55 | 303.151,09 |
| TOTAL | 0,00 | 5.564,71 | 340.111,93 | 0,00 | 42.525,55 | 303.151,09 |

11. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ATIVO

11.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

| Exercício de 2010 | | | | | |
|---|---------------|--|---------|----------------------|-------------|
| Rubrica | Saldo Inicial | Concentração Empresarial da Agência Geral da MAPFRE Vida | Aumento | Redução e Utilização | Saldo Final |
| Ajustamentos de recibos por cobrar | | | | | |
| De outros tomadores de seguros | 0,00 | 177.535,61 | 0,00 | 117.375,60 | 60.160,01 |
| Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa | | | | | |
| De outros devedores | 0,00 | 119.409,24 | 0,00 | 0,00 | 119.409,24 |
| Outras Provisões | | | | | |
| Pensões pessoal | 0,00 | 251.567,42 | 0,00 | 251.567,42 | 0,00 |
| Ações judiciais | 0,00 | 353.405,85 | 0,00 | 350.660,36 | 2.745,49 |

11.2. A provisão para recibos por cobrar, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, co-seguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

11.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3 os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.

12. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

12.1. A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. encerrou o exercício de 2010, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 40.846.036,81 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

| Exercício de 2010 | | |
|---|---------------|---------------|
| Prémios brutos emitidos de seguro direto | | 40.846.036,81 |
| Relativos a contratos individuais | 40.684.772,15 | |
| Relativos a contratos de grupo | 161.264,66 | 40.846.036,81 |
| Periódicos | 9.270.861,33 | |
| Não periódicos | 31.575.175,48 | 40.846.036,81 |
| De contratos sem participação | 25.611.389,68 | |
| De contratos com participação | 15.234.647,13 | 40.846.036,81 |
| Prémios brutos emitidos de Instrumentos de Rendimento | | 0,00 |
| | | 209.555,13 |

Reconheceu na rubrica do passivo “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”, valorizados ao custo amortizado, o valor referente à responsabilidade assumida pela venda de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, no montante de 2.981.321,74 euros.

13. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO

13.1. No ponto 3.1.16., são descritos os critérios contabilísticos adotados relativamente à rubrica de comissões.

13.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2010 foi de 422.846,69 euros, distribuído pelos seguintes segmentos de negócio:

| Exercício de 2010 | | | | |
|------------------------------------|------------|---------------|------------|------------|
| Rubrica | Risco | Capitalização | P.P.R. | Total |
| Comissões de mediação e corretagem | 108.087,59 | 123.283,99 | 191.475,11 | 422.846,69 |

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (profit commissions), que ascenderam no exercício de 2010 a 222.715,56.

14. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

14.1. As políticas de reconhecimento dos réditos estão descritas na Nota 3.

14.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros

14.2.1. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

| Exercício de 2010 | | | | |
|--|--|--|------------------|---------------------|
| Rendimentos/Réditos | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de g&p | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de g&p | Outros | TOTAL |
| De ativos financeiros disponíveis para venda | 6.755.904,84 | 30.702,77 | 0,00 | 6.786.607,61 |
| de juros de títulos de dívida | 6.184.693,96 | 22.761,64 | | 6.207.455,60 |
| dividendos de ações | 283.070,23 | 7.941,13 | | 291.011,36 |
| rendimento custo amortizado | 288.140,65 | 0,00 | | 288.140,65 |
| De outros | 0,00 | 0,00 | 17.262,58 | 17.262,58 |
| de juros de depósitos em bancos | | | 364,75 | 364,75 |
| de empréstimos sobre apólices | | | 16.897,83 | 16.897,83 |
| TOTAL | 6.755.904,84 | 30.702,77 | 17.262,58 | 6.803.870,19 |

14.2.2. Gastos financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

| Exercício de 2010 | | | | |
|---|--|--|-------------------|-------------------|
| Rendimentos/Réditos | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de g&p | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de g&p | Outros | TOTAL |
| Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza | | | 175.210,28 | 175.210,28 |
| Gasto custo amortizado | 337.978,46 | | | 337.978,46 |
| TOTAL | 337.978,46 | 0,00 | 175.210,28 | 513.188,74 |

15. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor negativo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

| Exercício de 2010 | | | |
|--|-------------------|-------------------|---------------|
| Ganhos e Perdas Realizadas | Ganhos Realizados | Perdas Realizadas | Ganho Líquido |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 1.911.957,23 | 1.662.153,42 | 249.803,81 |
| De ativos financeiros disponíveis para venda | 1.911.957,23 | 1.649.784,13 | 262.173,1 |
| de títulos de dívida | 1.726.565,75 | 1.419.271,08 | 307.294,67 |
| de ações | 147.831,46 | 201.349,31 | -53.517,85 |
| de fundos de investimento | 37.560,02 | 29.163,74 | 8.396,28 |
| De passivos financeiros valorizados a custo amortizado | 0,00 | 12.369,29 | -12.369,29 |
| de títulos de dívida | 0,00 | 12.369,29 | -12.369,29 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 901.477,32 | 1.327.889,05 | -426.411,73 |
| De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | 901.477,32 | 1.327.889,05 | -426.411,73 |
| de fundos de investimento | 901.477,32 | 1.327.889,05 | -426.411,73 |
| TOTAL | 2.813.434,55 | 2.990.042,47 | -176.607,92 |

16. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional, resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área;

- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada, dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros: 50% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros e os outros 50% com base no número de sinistros;
- Custos de aquisição: 50% do valor a imputar, com base nos prémios emitidos e outros 50% com base no número de apólices;
- Custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25%, com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos por natureza por grandes rubricas, assim como a sua afetação às diversas funções:

| Exercício de 2010 | | | | |
|--|---------------------|----------------------|-------------------------|--------------|
| Custos e Gastos por Natureza a Imputar | Gestão de Sinistros | Custos de Exploração | Gestão de Investimentos | TOTAL |
| Custos com pessoal | 502.479,70 | 2.206.525,26 | 8.602,35 | 2.717.607,31 |
| Fornecimentos e serviços externos | 119.261,45 | 705.249,40 | 2.044,29 | 826.555,14 |
| Impostos e taxas | 4.083,02 | 18.168,48 | 72,13 | 22.323,63 |
| Amortizações do exercício | 7.588,51 | 36.108,88 | 142,66 | 43.840,05 |
| Outras provisões | 762,81 | -699,60 | -63,21 | 0,00 |
| Juros suportados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 164.412,06 | 164.412,06 |
| TOTAL | 634.175,49 | 2.965.352,42 | 175.210,28 | 3.774.738,19 |

l) Honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins incluídos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados no exercício de 2010 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

| Âmbito | Valor |
|--|-----------|
| Serviços de Certificação Legal de Contas | 20.500,00 |
| Serviços de Auditoria à Gestão de Risco e Controlo Interno | 0,00 |
| Serviços de Certificação dos Mapas de Reporte ao ISP | 0,00 |
| TOTAL | 20.500,00 |

17. GASTOS COM PESSOAL

17.1. O número total de trabalhadores, no fim do período, era de 57 mais 33 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores, encontra-se distribuído por categorias profissionais conforme apresentado no seguinte quadro:

| Comuns | N.º | Téc-Administ | N.º | Comerciais | N.º | Informática | N.º |
|---------------------|-----|------------------------------|-----|---|-----|-----------------|-----|
| Diretor de Serviços | 5 | Actuário | 1 | Assistente Comercial | 4 | Chefe de centro | 1 |
| Fiel de economato | 1 | Chefe de secção | 1 | Coordenador de zona e ou delegações | 3 | Operador | 2 |
| | | Chefe de serviços | 4 | Coordenador-adjunto de zona e ou delegações | 4 | | |
| | | Escriturário | 15 | Gerente de delegação | 2 | | |
| | | Escriturário estagiário | 1 | Técnico comercial | 8 | | |
| | | Secretário | 1 | | | | |
| | | Subchefe de secção | 3 | | | | |
| | | Técnico de análise de riscos | 1 | | | | |

17.2. Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2010, num total de 2.717.607,31 euros, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

| Rubrica | 2010 |
|--|--------------|
| Remunerações | 2.014.303,94 |
| - Dos órgãos sociais | 0,00 |
| - Do pessoal | 2.014.303,94 |
| Encargos sobre remunerações | 502.278,84 |
| Benefícios pós-emprego | 5.385,82 |
| - Planos de contribuição definida | 0,00 |
| - Planos de benefícios definidos | 5.385,82 |
| Outros benefícios a longo prazo dos empregados | 0,00 |
| Benefícios de cesação de emprego | 83.509,10 |
| Seguros obrigatórios | 58.812,33 |
| Gastos de ação social | 1.875,00 |
| Outros gastos com o pessoal | 51.442,28 |
| TOTAL | 2.717.607,31 |

17.3. A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

20. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. Plano de benefícios definidos

a) Política contabilística

No ponto 3.1.8., são descritas as políticas contabilísticas adotadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões do pessoal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., que se encontre nas condições previstas no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 (data de publicação do mesmo) e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, 10 anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2010, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de 20 entre pessoas que fazem parte do quadro da empresa e pessoas que fizeram em algum momento.

Ainda nos termos do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$P = (0,022 * t * 14/12 * R) - (0,022 * n * S/60)$ em que:

- R= último salário efectivo mensal na data da reforma;
- n = nº de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social
- S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social
- t = anos de serviço na atividade seguradora
- $0,5 > = 0,022 * t < = 0,8$
- $0,3 > = 0,022 * n < = 0,8$

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com 5 anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo, que estas responsabilidades são de difícil estimação e que a aplicação das metodologias disponíveis para estimação deste tipo de responsabilidades, conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a Companhia, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, optou por não estimar estas responsabilidades. No entanto, estas responsabilidades encontram-se devidamente financiadas através de uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da Mapfre Seguros de Vida, S.A. no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo sejam relativas ao pessoal reformado, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio Único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

| Exercício de 2010 | | | | |
|-------------------|--|--------------|------------------------------|----------------------|
| Nº. apólice | Modalidade | Taxa Técnica | Tabela Mortalidade | Valor ativos (euros) |
| 201000022 | Invida-Capital diferido a prémio único | 2,25% | GKM95 para homens e mulheres | 247.197,00 |
| | Total apólices | | | 247.197,00 |

e) Responsabilidade passada

| Responsabilidade Passada | |
|--|------------|
| Conceito | 2010 |
| Valor atual serviços passados - pessoal no ativo | 203.654,00 |
| Valor atual serviços passados - reformados | 0,00 |
| TOTAL | 203.654,00 |

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

| Responsabilidades com pessoal no ativo | |
|--|------------|
| Conceito | 2010 |
| Valor responsabilidades janeiro | 159.895,85 |
| Custo serviço corrente | 15.531,41 |
| Custo dos juros | 6.235,94 |
| Resgates | 16.381,53 |
| Ganhos atuariais | 0,00 |
| Perdas atuariais | 38.372,33 |
| Valor responsabilidades dezembro | 203.654,00 |

g) Análise da obrigação em planos que não tem financiamento

No caso da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., a totalidade dos planos de be-néficos definidos encontra-se financiada a 100%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

| Apólices capital diferido prémio único | |
|--|------------|
| Conceito | 2010 |
| Valor ativos janeiro | 244.586,66 |
| Contribuições empresa | 2.610,34 |
| Resgates | 16.381,53 |
| Retorno ativos | 16.381,53 |
| Ganhos atuariais | 0,00 |
| Perdas atuariais | 0,00 |
| Valor ativos dezembro | 247.197,00 |

i) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas f) e h), anteriores são relevados no balanço na linha de "Ativos por benefícios pós-emprego" e outro benefícios de longo prazo e na linha de "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo".

j) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

| Custo reconhecido em resultados | |
|---------------------------------|------------|
| Conceito | 2010 |
| Custo serviço corrente | 15.531,41 |
| Custo dos juros | 6.235,94 |
| Retorno ativos | -16.381,53 |
| Pagamentos | 0,00 |
| Ganhos atuariais | 0,00 |
| Perdas atuariais | 38.372,33 |
| TOTAL | 43.758,15 |

k) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

l) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade, foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial "Unit Credit" ou Método da Unidade de Crédito Projectada.

- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.

- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres.

- Não se considerou taxa de rotação.

- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31/12/2010 de 3,25%.

Esta taxa foi obtida, estimando os fluxos prováveis de uma renda vitalícia, diferida aos 65 anos, a estes fluxos aplicou-se a taxa de juro swap euro (taxa isenta de risco) de 22/11/2010, obtendo-se a Taxa Interna de Rentabilidade de 3,25% anual.

- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 2% ao ano.

- Incremento do valor das pensões a cargo da empresa de 2% ao ano.

- Taxa de inflação anual de 2%.

- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%.

- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma, os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho.

- Para os trabalhadores que pertencem ao quadro de pessoal, à data de 31/12/2010, a empresa cobrirá as prestações de reforma, pelo tempo decorrido, desde que tenham entrado na empresa até aos 65 anos.

- Para os trabalhadores que prestaram serviço na empresa mas já não pertencem ao quadro de pessoal à data de 31/12/2010, a empresa cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido desde a data de entrada até à data de saída em proporção do tempo desde que entrou no setor até aos 65 anos.

- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da empresa, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14/12 \cdot R) - (0,022 \cdot N \cdot S/60)$$

em que,

- P= Prestação a pagar pela empresa
- R= último salário efectivo no momento da reforma
- N= número de anos de contribuição para a Segurança Social
- S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10
- $0,3 > = 0,022 \cdot N < = 0,8$

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na atividade seguradora

- Qualquer fração de ano conta como um ano completo

- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método "Unit Credit", obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na empresa até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31/12/2010, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31/12/2010.

- Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

- Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (3,9% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31/12/2010 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

m) Para o exercício de 2010, não é apresentado o efeito das variações - positiva e negativa de um ponto percentual nas taxas de juros, dado que o exercício de 2010 foi o primeiro ano de atividade, sendo que esta análise será efetuada e relatada a partir do próximo exercício.

n) Estimativa das contribuições do próximo ano

O valor estimado da contribuição, para o plano a realizar no ano 2011, é de aproximadamente 50.000 euros.

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

21.1. Imposto corrente

Detalham-se no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

| Exercício de 2010 | | | |
|---|-----------------|---------------|---------------|
| Demonstração do Imposto Corrente | Ganhos e Perdas | Capital | Total |
| Resultado antes de imposto | 2.011.629,24 | | 2.011.629,24 |
| Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido | | | 0,00 |
| Var. do justo valor dos Inst. Financeiros a representar as Provisões Técnicas com Participação Benef. | | -7.280.929,71 | -7.280.929,71 |
| 25% do resultado antes de impostos | 502.907,31 | -1.820.232,43 | -1.317.325,12 |
| Gasto reconhecido resultados - responsabilidades com pensões | 10.939,54 | | 10.939,54 |
| Contribuições para o fundo com pensões de reforma | -61.799,25 | | -61.799,25 |
| Multas, coimas e juros compensatórios | 475,04 | | 475,04 |
| Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais | -27.412,30 | | -27.412,30 |
| Custos e proveitos extraordinários | 4.862,04 | | 4.862,04 |
| Dividendos - instrumentos de capital | -53.294,69 | | -53.294,69 |
| Benefícios fiscais | -1.214,01 | | -1.214,01 |
| Total do imposto | 375.463,69 | -1.820.232,43 | -1.444.768,74 |
| Derrama | 0,00 | | 0,00 |
| Tributação autónoma | 19.002,05 | | 19.002,05 |
| Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido | 394.465,74 | -1.820.232,43 | -1.425.766,69 |

21.2. Impostos diferidos

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos:

| Exercício de 2010 | | | | | | |
|---|--|-------------|-----------------|------------|-----------------|--------------|
| Ativos por Impostos Diferidos | Concentração Empresarial da Agência Geral da MAPFRE Vida | Resultados | | Reversões | | Saldo final |
| | | Resultados | Capital Próprio | Resultados | Capital Próprio | |
| De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração | 0,00 | 0,00 | 238.755,80 | 0,00 | 0,00 | 238.755,80 |
| De participação de benefícios latente | 617.148,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 617.148,53 | 0,00 |
| De prejuízos fiscais | 0,00 | -375.463,69 | 1.820.232,43 | 0,00 | 0,00 | 1.444.768,74 |
| TOTAL | 617.148,53 | -375.463,69 | 2.058.988,23 | 0,00 | 617.148,53 | 1.683.524,54 |

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

| Passivos por Impostos Diferidos | Exercício de 2010 | | | | | Saldo final |
|---|--|------------------|-----------------|-------------|-------------------|------------------|
| | Concentração Empresarial da Agência Geral da MAPFRE Vida | Resultados | | Reversões | | |
| | | Resultados | Capital Próprio | Resultados | Capital Próprio | |
| De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração | 954.298,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 954.298,48 | 0,00 |
| Do reconhecimento dos activos/passivos por benefícios pós-emprego | 0,00 | 11.538,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.538,90 |
| TOTAL | 954.298,48 | 11.538,90 | 0,00 | 0,00 | 954.298,48 | 11.538,90 |

22. Capital

22.1. Objectivos e políticas da gestão do capital

22.2. Indicações sobre o capital social

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2010, é de 17.500.000,00 euros, dividido em 3.500.000 ações, no valor nominal de € 5,00 cada:

| Entidade Acionista | 2010 | | 2009 | |
|-----------------------|------------------|----------------------|------------------|---------------------|
| | N.º de Ações | Valor | N.º de Ações | Valor |
| MAPFRE Seguros Gerais | 3.500.000 | 17.500.000,00 | 1.500.000 | 7.500.000,00 |
| TOTAL | 3.500.000 | 17.500.000,00 | 1.500.000 | 7.500.000,00 |

e) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

f) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por uma entidade associada, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

g) Em referência a 31 de dezembro de 2010, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

22.3. No exercício 2010 verificou-se um aumento de capital no valor de 10.000.000,00 euros, totalmente subscrito em numerário.

22.4. No exercício 2010, não existiram acordos de pagamento com base em ações pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

23. Reservas

23.1. As reservas de reavaliação, compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as NIIF devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da empresa.

A reserva por impostos diferidos, corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

23.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2010 em cada uma das reservas:

| Demonstração das Variações das Reservas | Exercício de 2010 | | | | |
|--|-------------------|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Saldo Inicial | Concentração Empresarial da Agência Geral da MAPFRE Vida | Aumento / Diminuições | Imparidades/ Reversão | Saldo Final |
| Reservas de reavaliação | 0,00 | 1.296.730,57 | -9.361.224,91 | 0,00 | -8.064.494,34 |
| Por aj. justo valor at financ disp p/venda | 0,00 | 1.296.730,57 | -9.361.224,91 | 0,00 | -8.064.494,34 |
| Ações/Unid part fundos invest | | 91.217,92 | 198.119,51 | | 289.337,43 |
| Titulos de dívida pública | | 1.205.512,65 | -9.559.344,42 | | -8.353.831,77 |
| Reserva por impostos diferidos | 0,00 | -337.149,95 | 575.905,75 | 1.820.232,43 | 2.058.988,23 |
| Ações/Unid part fundos invest | | -23.716,66 | 23.716,66 | 60.510,09 | 60.510,09 |
| Titulos de dívida pública | | -313.433,29 | 552.189,09 | 1.759.722,34 | 1.998.478,14 |
| Outras reservas | 0,00 | 0,00 | -7.411.488,05 | 0,00 | -7.411.488,05 |
| Reserva legal | | | | | 0,00 |
| Outras reservas | | | -7.411.488,05 | | -7.411.488,05 |
| TOTAL | 0,00 | 959.580,62 | -16.196.807,21 | 1.820.232,43 | -13.416.994,16 |

O valor negativo de 7.411.488,05 euros, apresentado na rubrica de outras reservas refere-se à anulação do goodwill gerado na transação referenciada no ponto 30. Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE Seguros Gerais, SA.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

24. RESULTADOS POR AÇÃO

24.1. Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

| Conceito | 2010 |
|--|--------------|
| Resultado líquido atribuído aos acionistas | 1.605.624,60 |
| Numero médio de ações | 3.500.000 |
| Resultado por ação (em euros) | 0,46 |

25. DIVIDENDOS POR AÇÃO

25.1. O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício 2010, no montante de 1.605.624,60 euros (Um milhão seiscentos e cinco mil seiscentos e vinte e quatro euros e sessenta centésimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios.

26. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

26.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE é um grupo empresarial espanhol, independente que desenvolve as atividades seguradora, resseguradora, financeira, imobiliária e de serviços em Espanha e em outros 44 países.

Estas atividades desenvolvem-se através de 258 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades, que operam com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos Diretivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de atuação.

A MAPFRE Seguros de Vida, S.A. é uma dessas 258 sociedades, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE Seguros Gerais, que por sua vez é detida a 99,9991% pela MAPFRE internacional.

26.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas, referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram contudo quaisquer operações com a casa-mãe, para além das relativas à distribuição de reservas e de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empenendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

26.3. Informação relacionada com o órgão de administração.

A responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo da empresa compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de acordo com a Norma Regulamentar Nº 5/2010-R, de 1 de abril, está relatada no Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE Seguros de Vida, SA.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

| Administrador | GRUPO MAPFRE |
|--|--|
| | Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração |
| Antonio Manuel Cardoso Belo | MAPFRE SEGUROS GERAIS, SA; FINIBANCO VIDA, SA |
| Vitor Manuel da Silva Reis | FINIBANCO VIDA, SA |
| Pedro Ribeiro e Silva | FINIBANCO VIDA, SA |
| Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas | FINIBANCO VIDA, SA |

26.4. Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as outras entidades relacionadas:

| Conceito | 2010 | |
|--|------------|-------------|
| | Gastos | Rendimentos |
| Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos | 72 | 4 |
| Movimentos entre empresas do grupo | 81 | 334 |
| Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras | 89 | 0 |
| TOTAL | 241 | 338 |

(Valores expressos em milhares de euros)

| Conceito | Operações Gerais 2010 |
|--------------------|-----------------------|
| Créditos e dívidas | 87 |
| TOTAL | 87 |

(Valores expressos em milhares de euros)

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

| Conceito | Resseguro Cedido 2010 |
|-------------------------------|-----------------------|
| Prémios cedidos | 524 |
| Sinistros | 419 |
| Varição de provisões técnicas | 540 |
| Comissões | 44 |
| Juros sobre depósitos | 0 |

(Valores expressos em milhares de euros)

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

| Conceito | Resseguro Cedido 2010 |
|--------------------|-----------------------|
| Créditos e dívidas | 90 |
| Depósitos | 0 |
| Provisões técnicas | 659 |
| TOTAL | 749 |

(Valores expressos em milhares de euros)

27. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| Demonstração de Fluxo de Caixa | 2010 | 2009 |
|---|----------------|--------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Recebimentos de prémios | 45.514.938,50 | 0,00 |
| Pagamentos de sinistros | -51.221.766,60 | 0,00 |
| Pagamentos de comissões | -489.917,97 | 0,00 |
| Entradas por operações de resseguro | 396.549,96 | 0,00 |
| Saídas por operações de resseguro | -936.937,49 | 0,00 |
| Outros Recebimentos | -698.032,64 | 122.611,76 |
| Pagamentos a fornecedores e pessoal | -5.215.078,95 | -32.686,51 |
| Imposto sobre o rendimento | -39.155,87 | 0,00 |
| Total fluxo das atividades operacionais | -12.689.401,06 | 89.925,25 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Outros ativos tangíveis | -1.254,58 | 0,00 |
| Outros ativos intangíveis | -340.111,93 | 0,00 |
| Títulos de dívida | 4.881.704,92 | 0,00 |
| Inst. de capital e unidades de participação | 1.684.033,87 | 0,00 |
| Part. no capital de outras sociedades | 2.724.893,71 | 0,00 |
| Juros recebidos | 5.430.099,10 | 0,00 |
| Outros investimentos | -14.142.456,86 | 0,00 |
| Total fluxo das atividades de investimento | 236.908,23 | 0,00 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Outros recebimentos ou pagamentos | 10.000.000,00 | 7.500.000,00 |
| Total fluxo das atividades de investimento | 10.000.000,00 | 7.500.000,00 |
| EFEITO DAS VAR. DAS DIF. DE CAMBIOS | 0,00 | 0,00 |
| Aumento líquido de caixa e seus equiv. | -2.452.492,83 | 7.589.925,25 |
| Caixa e seus equivalentes no início do per. | 7.589.925,25 | 0,00 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 5.137.432,42 | 7.589.925,25 |

28. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

28.1 Após a constituição da sociedade, no exercício de 2009 e autorização do Instituto de Seguros de Portugal para operar nos ramos de Vida, a companhia adquiriu, com efeito a 1/1/2010, a carteira de apóli-ces, bem como os respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, SA., conforme detalhe do quadro seguinte:

| BALANÇO da MAPFRE VIDA - Agência Geral em Portugal, à data de 1 de janeiro de 2010 | | | |
|--|---------|--|---------|
| Ativo | | Passivo | |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 717 | Provisões técnicas | 178.375 |
| Investimentos | 185.037 | Passivos Financeiros | 2.110 |
| Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de g&p | 27.828 | Depósitos recebidos de resseguradores | 389 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 157.209 | Outros credores por operações de seguro e outras operações | 7.511 |
| Empréstimos concedidos e contas a receber | 1.042 | Outros credores | 342 |
| Outros ativos tangíveis | 4 | MAPFRE Vida - Espanha | 7.169 |
| Outros ativos intangíveis | 6 | Passivos por impostos e taxas | 366 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 389 | Acréscimos e diferimentos | 548 |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 3.667 | Outras provisões | 605 |
| Ativos por impostos e taxas | 2 | Total do Passivo | 189.904 |
| | | Capital Próprio | |
| | | Reservas de reavaliação | 1.297 |
| | | Reserva por impostos diferidos | -337 |
| | | Total do Capital Próprio | 960 |
| Total do Ativo | 190.864 | Total do Passivo e Capital Próprio | 190.864 |

(Valores expressos em milhares de euros)

A transação foi efetuada pelo preço de 7.503.159,62 euros (Sete milhões quinhentos e três mil cento e cinquenta e nove euros e sessenta e dois centavos), correspondendo à carteira adquirida um volume de prémios brutos emitidos de 38.438.941,20 (Trinta e oito milhões quatrocentos e trinta e oito mil novecentos e quarenta e um euros e vinte centavos).

O montante apurado de goodwill foi, posteriormente, corrigido no montante de 91.671,57 euros, montante decorrente de uma incorreção no apuramento das responsabilidades com pensões de reforma.

Uma vez que a transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE Seguros Gerais, SA.) e que ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, a Companhia decidiu proceder à anulação do goodwill gerado, no montante de 7.411.488,05 euros, contra outras reservas.

29. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Após o fecho do exercício 2010 a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 78,44%.

A taxa inferior aos 100% decorre da contabilização em capitais próprios das menos valias não realizadas, referentes a títulos de rendimento fixo classificados como disponíveis para venda, em consequência do momento menos bom dos mercados financeiros de dívida pública, nomeadamente de Portugal e Espanha e não propriamente do desenvolvimento da atividade corrente, a qual decorreu dentro do previsto, superando até os objetivos orçamentados, quer em termos de vendas, quer em termos de resultado, tendo este atingido 1,6 milhões de euros.

Esta situação encontra-se compensada, em termos do consolidado, pelo facto da acionista única - MAPFRE Seguros Gerais - apresentar uma taxa de cobertura da margem de solvência superior a 300%.

A MAPFRE Seguros Gerais como única acionista da MAPFRE Seguros de Vida submeteu à aprovação da Mapfre Internacional, a concessão de um empréstimo, a efetuar por esta, diretamente à MAPFRE Seguros de Vida. À data da emissão destas Notas já se encontra aceite pela MAPFRE Internacional a concessão do aludido empréstimo no montante de 3.500.000,00 de euros (três milhões e quinhentos), visando restabelecer a margem de solvência para nível superior ao mínimo regulamentar.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

30.1 Normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia

IAS 7 (Melhoria) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Clarifica que apenas os dispêndios que resultam no reconhecimento de ativos podem ser classificados como fluxos de caixa de atividades de investimento. Neste sentido, em resultado da emenda à IAS 27, passam a ser considerados como fluxos operacionais alguns fluxos que até agora eram considerados de investimento (ex: fluxos relativos a custo de aquisição e variações subsequentes em pagamentos contingentes).

IFRS 5 (Melhoria) - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus ativos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;
- as divulgações requeridas relativamente a ativos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 3 (Revisão) – Concentrações de atividades empresariais

Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de atividades empresariais efetuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2009.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Ações

A emenda efetuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Balanço: A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instrumentos de capital por opção da contraparte não afeta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Demonstração das alterações nos capitais próprios: Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para refletir transações com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efetivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do justo valor.

IAS 38 (Melhoria) – Ativos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro ativo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de ativos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um acionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos derivados em que é necessário que ações futuras venham ainda a ocorrer.

- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transação prevista resultar no reconhecimento subsequente de um ativo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de ativos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objetivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objetivo de serem usados para adquirir ou construir ativos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de ativos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além nas já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

- IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os ativos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usadas pelo responsável das decisões operacionais.
- IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.
- IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a atuar como vendedor ou como agente. [Nota: Dado que esta é uma melhoria a um appendix da IAS, não é alvo de endosso por parte da EU].
- IAS 36 – Imparidade de Ativos: As melhorias clarificam que ao testar a imparidade do Goodwill adquirido numa combinação de negócios a maior unidade permitida para alocação do Goodwill é o segmento operacional definido na IFRS 8 o qual, dependendo das circunstâncias, pode ser de um nível mais baixo do que o segmento reportável.
- IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos: As melhorias clarificam que a IFRIC 9 não se aplica a possíveis reavaliações, à data de aquisição, de derivados embutidos em contratos adquiridos em combinações entre entidades ou negócios sob controlo comum ou na formação de Joint Ventures.
- IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Operação Estrangeira: As melhorias clarificam que Instrumentos de cobertura que se qualifiquem podem ser detidos por uma entidade do grupo desde que os requisitos de designação, documentação e efetividade da IAS 39 sejam satisfeitos.

30.2 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2010 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguidamente apresentadas. Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Já endossadas pela EU

IFRS 1 (Emenda) - Isenções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adoção pela primeira vez das IFRS.

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de junho de 2010. Estabelece que um adotante pela primeira vez não necessita de apresentar comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

IFRS 7 (Emenda) - Instrumentos Financeiros: Divulgações

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de junho de 2010. Estabelece que as melhorias a esta norma não necessitam de afetar demonstrações financeiras nem comparativos de demonstrações financeiras anteriores a 31 de dezembro de 2009.

IAS 24 (Revista) – Transações com partes relacionadas

Esta norma revista entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de dezembro de 2010. As principais alterações são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas levando a que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transações com entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

IAS 32 (Emenda) - Clarificação de direitos de emissão

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de janeiro de 2010. A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

IFRIC 14 (Emenda) - Adiantamentos relativos a requisitos de financiamento mínimo

Esta emenda entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 31 de dezembro de 2010. Com a emenda, uma entidade deve reconhecer como ativo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do surplus do plano deve ser feita como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

Esta IFRIC entra em vigor o mais tardar a partir do início do primeiro exercício com início em 30 de junho de 2010. Clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39.

b) Ainda não endossadas pela EU

IFRS 9 – Instrumentos financeiros - introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Outras emendas às IFRS – melhoramentos do Ano 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas.

30.1.2. O acórdão do Supremo Tribunal de Justiça da União Europeia do dia 1 de março veio declarar inválida a norma contida no artigo 5º n.º2 da Diretiva 2004/113 da Comissão Europeia, transposta para a ordem jurídica portuguesa através da Lei n.º 14/2008, com efeitos a partir do dia 21 de dezembro de 2012. O referido artigo 5º n.º2 da Diretiva 2004/113 previa uma derrogação ao princípio geral da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, em matérias de seguros, desde que o mesmo estivesse fundamentado e justificado com dados atuariais e estatísticos.

Assim, a partir de 21 de dezembro de 2012, não poderá haver diferenciação de sexo no que concerne à atividade seguradora em termos de cálculos de prémios, prestações de seguro ou benefícios.

Esta alteração legal, irá implicar uma alteração no contexto em que Companhia opera, tendo para isso, de iniciar esforços no sentido de proceder às alterações de normativos e sistemas por forma a eliminar as diferenças de prémios, prestações e anuidades dos seguros com base no sexo dos segurados. Consequentemente, ainda não nos é possível quantificar o impacto futuro desta alteração

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | |
|---------------------------|--|
| Presidente | António Manuel Cardoso Belo |
| Vice-Presidente | Vítor Manuel da Silva Reis |
| Secretário | Pedro Ribeiro e Silva |
| Vogais | Maria de Lurdes Ferreira da Mata Soares Póvoas |

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ANEXO 1

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------|---|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|-------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| | 1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES | | | | | | | |
| | 1.1 - Títulos nacionais | | | | | | | |
| | 1.1.1 - Partes de capital em filiais | | | | | | | |
| | 1.1.2 - Partes de capital em associadas | | | | | | | |
| | 1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | |
| | 1.1.5 - Títulos de dívida de filiais | | | | | | | |
| | 1.1.6 - Títulos de dívida de associadas | | | | | | | |
| | 1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | |
| | 1.1.9 - Outros títulos em filiais | | | | | | | |
| | 1.1.10 - Outros títulos em associadas | | | | | | | |
| | 1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | |
| | sub-total 1.1 | | | | | | | |
| | 1.2 - Títulos estrangeiros | | | | | | | |
| | 1.2.1 - Partes de capital em filiais | | | | | | | |
| | 1.2.2 - Partes de capital em associadas | | | | | | | |
| | 1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | |
| | 1.2.5 - Títulos de dívida de filiais | | | | | | | |
| | 1.2.6 - Títulos de dívida de associadas | | | | | | | |
| | 1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | |
| | 1.2.9 - Outros títulos em filiais | | | | | | | |
| | 1.2.10 - Outros títulos em associadas | | | | | | | |
| | 1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | |
| | sub-total 1.1 | | | | | | | |
| | total 1 | | | | | | | |
| | 2 - OUTROS | | | | | | | |
| | 2.1 - Títulos nacionais | | | | | | | |
| | 2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação | | | | | | | |
| | 2.1.1.1 - Ações | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | |

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | |
|--------------|--|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total | |
| | 2.1.1.2 - Títulos de participação | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | |
| | 2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | |
| | 2.1.1.4 - Outros | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | |
| | sub-total 1.1 | | | | | | | | |
| | 2.1.2 - Títulos de dívida | | | | | | | | |
| | 2.1.2.1 - De dívida pública | | | | | | | | |
| PTOTE10E0019 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 200.000 | 200.000,00 | | | 200.345,00 | | 199.755,99 | |
| PTOTE30E0017 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 3.100.000 | 3.100.000,00 | | | 2.885.046,00 | | 2.825.646,42 | |
| PTOTE40E0040 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 600.000 | 600.000,00 | | | 605.094,00 | | 613.246,82 | |
| PTOTEAOE0021 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 2.700.000 | 2.700.000,00 | | | 2.804.984,12 | | 2.299.921,78 | |
| PTOTEGOE0009 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 55.000 | 55.000,00 | | | 56.159,40 | | 56.837,48 | |
| PTOTEKOE0003 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 4.500.000 | 4.500.000,00 | | | 4.680.045,00 | | 4.661.147,00 | |
| PTOTELOE0010 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 12.500.000 | 12.500.000,00 | | | 11.777.191,98 | | 11.341.908,24 | |
| PTOTEMOE0027 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 18.300.000 | 18.300.000,00 | | | 18.129.864,94 | | 16.587.295,56 | |
| PTOTENOE0018 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 875.000 | 875.000,00 | | | 864.780,00 | | 799.819,98 | |
| PTOTE00E0017 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 9.820.000 | 9.820.000,00 | | | 9.686.691,38 | | 9.324.555,43 | |
| PTOTEYOE0007 | REPUBLICA DE PORTUGAL | 12.650.000 | 12.650.000,00 | | | 11.591.371,27 | | 10.415.647,62 | |
| | sub-total | 65.300.000 | 65.300.000,00 | | | 63.281.573,09 | | 59.125.782,32 | |
| | 2.1.2.2 - De outros emissores públicos | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | |
| | 2.1.2.3 - De outros emissores | | | | | | | | |
| PTBLMGOM0002 | BANCO ESPIRITO SANTO | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 948.900,00 | | 910.188,24 | |
| PTBLMWOM0002 | BANCO ESPIRITO SANTO | 1.200.000 | 1.200.000,00 | | | 986.160,00 | | 1.007.377,99 | |
| | sub-total | 2.200.000 | 2.200.000,00 | | | 1.935.060,00 | | 1.917.566,23 | |
| | sub-total 2.1.2 | 67.500.000 | 67.500.000,00 | | | 65.216.633,09 | | 61.043.348,55 | |
| | sub-total 2.1 | 67.500.000 | 67.500.000,00 | | | 65.216.633,09 | | 61.043.348,55 | |
| | 2.2 - Títulos estrangeiros | | | | | | | | |
| | 2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação | | | | | | | | |
| | 2.2.2.1 - Ações | | | | | | | | |
| CH0012005267 | NOVARTIS AG-REG | 248 | | | | 39,14 | 9.706,61 | 43,95 | 10.898,59 |
| CH0012032048 | ROCHE HOLDINGS INC | 2.660 | | | | 119,56 | 318.034,86 | 109,56 | 291.442,71 |
| CH0038863350 | NESTLE SA REGISTERED | 3.335 | | | | 30,27 | 100.935,31 | 43,79 | 146.026,25 |
| GB0009252882 | GLAXOSMITHKLINE PLC | 5.382 | | | | 14,15 | 76.176,20 | 14,41 | 77.533,35 |
| GB00B16GWD56 | VODAFONE GROUP | 47.441 | | | | 1,78 | 84.216,68 | 1,93 | 91.382,16 |
| DE0005557508 | DEUTSCHE TELEKOM AG | 3.023 | | | | 10,48 | 31.684,12 | 9,65 | 29.187,06 |
| DE0007037129 | RWE AG | 1.361 | | | | 56,13 | 76.398,03 | 49,89 | 67.900,29 |
| DE0007164600 | SAP AG | 2.240 | | | | 37,30 | 83.562,89 | 38,10 | 85.344,00 |
| DE0007236101 | SIEMENS AG | 549 | | | | 75,87 | 41.653,42 | 92,70 | 50.892,30 |
| DE0008430026 | MUENCHENER RUECKVER | 837 | | | | 107,84 | 90.262,45 | 113,45 | 94.957,65 |

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | | |
|--------------|--|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|-------|--------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total | |
| DE000BAY0017 | BAYER A.G. | 8.547 | | | | 55,35 | 473.034,04 | 55,30 | 472.649,10 |
| DE000ENAG999 | E.ON AG | 14.100 | | | | 28,14 | 396.808,26 | 22,94 | 323.383,50 |
| ES0111845014 | ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A. | 825 | | | | 9,27 | 7.649,35 | 13,45 | 11.100,37 |
| ES0113211835 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI | 11.896 | | | | 9,86 | 117.246,28 | 7,56 | 89.933,76 |
| ES0113679137 | BANKINTER | 7.822 | | | | 5,37 | 41.986,27 | 4,16 | 32.508,23 |
| ES0113900337 | BANCO SANTANDER SA | 13.781 | | | | 10,00 | 137.781,12 | 7,93 | 109.255,76 |
| ES0116870314 | GAS NATURAL SDG SA | 4.301 | | | | 13,88 | 59.683,83 | 11,49 | 49.418,49 |
| ES0118594417 | INDRA SISTEMAS S.A. | 4.831 | | | | 15,19 | 73.366,11 | 12,78 | 61.764,33 |
| ES0130960018 | ENAGAS | 4.575 | | | | 14,27 | 65.284,54 | 14,91 | 68.236,12 |
| ES0144580Y14 | IBERDROLA S.A. | 59.184 | | | | 4,56 | 269.823,55 | 5,77 | 341.373,31 |
| ES0167050915 | ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE | 5.490 | | | | 34,17 | 187.611,34 | 35,07 | 192.561,74 |
| ES0173093115 | RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A. | 1.485 | | | | 19,76 | 29.343,55 | 35,20 | 52.272,00 |
| ES0173516115 | REPSOL YPF,S.A. | 10.416 | | | | 16,49 | 171.771,26 | 20,85 | 217.173,60 |
| ES0178430E18 | TELEFONICA, S.A. | 81.344 | | | | 15,55 | 1.265.248,41 | 16,97 | 1.380.000,96 |
| FR0000120271 | TOTAL SA | 5.762 | | | | 38,08 | 219.416,50 | 39,65 | 228.463,30 |
| FR0000120578 | SANOFI SYNTHELABO SA | 2.533 | | | | 49,40 | 125.126,65 | 47,85 | 121.204,05 |
| FR0000120644 | GROUPE DANONE | 3.100 | | | | 44,45 | 137.792,58 | 47,02 | 145.762,00 |
| FR0000127771 | VIVENDI UNIVERSAL | 7.290 | | | | 17,20 | 125.383,12 | 20,20 | 147.258,00 |
| FR0000131104 | BNP PARIBAS PARIS | 902 | | | | 46,24 | 41.710,55 | 47,61 | 42.944,22 |
| FR0000133308 | FRANCE TELECOM SA | 2.953 | | | | 16,93 | 50.005,51 | 15,59 | 46.944,22 |
| FR0010208488 | GAZ DE FRANCE | 6.455 | | | | 29,13 | 188.015,70 | 26,85 | 173.316,75 |
| GB00B03MLX29 | ROYAL DUTCH SHELL PLC | 3.894 | | | | 21,53 | 83.849,42 | 24,73 | 96.298,88 |
| IT0003128367 | ENEL-SOCIETA PER AZIONI | 8.012 | | | | 3,93 | 31.477,88 | 3,74 | 29.964,88 |
| IT0003132476 | ENI SPA | 21.014 | | | | 17,76 | 373.109,83 | 16,34 | 343.368,76 |
| NL000009355 | UNILEVER PLC | 2.398 | | | | 20,84 | 49.978,16 | 23,30 | 55.873,40 |
| | sub-total | 359.986 | | | | | 5.635.134,38 | | 5.777.701,64 |
| | 2.2.2.2 - Títulos de participação | | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | | |
| | 2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | | |
| ES0122067038 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 703 F.I | 470.107 | | | | 6,88 | 3.232.174,25 | 6,86 | 3.224.417,22 |
| ES0138352036 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 811, F. | 61.041 | | | | 7,56 | 461.725,33 | 7,76 | 473.696,21 |
| ES0138353034 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 904, F. | 134.504 | | | | 7,73 | 1.039.957,17 | 8,15 | 1.096.760,11 |
| ES0138394038 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 911 FI | 225.686 | | | | 7,79 | 1.758.440,79 | 6,91 | 1.558.376,88 |
| ES0138395035 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 807, F. | 27.642 | | | | 7,05 | 195.003,71 | 7,42 | 205.146,94 |
| ES0138396033 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 707 FI | 1.274.125 | | | | 1,71 | 2.181.048,08 | 1,94 | 2.469.237,05 |
| ES0138444031 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 007 F.I | 111.061 | | | | 6,17 | 685.438,35 | 5,89 | 653.944,64 |
| ES0138445038 | FONDMAPFRE MULTISELECCION F.I. | 1 | | | | 6,52 | 9,07 | 5,40 | 7,51 |
| ES0138599032 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 611 FI | 42.660 | | | | 7,11 | 303.152,03 | 7,30 | 311.276,24 |
| ES0138658036 | FONDMAPFRE BOLSA AMERICA FI | 7.282 | | | | 4,62 | 33.655,00 | 5,62 | 40.931,63 |
| ES0138708039 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 907, F. | 120.373 | | | | 14,22 | 1.711.442,10 | 13,69 | 1.647.748,63 |
| ES0138725033 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 004 FI | 29.941 | | | | 7,99 | 239.242,15 | 8,29 | 248.063,72 |
| ES0138777034 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 803 F.I | 206.575 | | | | 7,34 | 1.515.975,11 | 7,38 | 1.523.694,98 |

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|--|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| ES0138901030 | FONDMAPFRE BOLSA F.I. | 15.101 | | | 20,92 | 315.859,41 | 22,77 | 343.836,37 |
| ES0138902038 | FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I. | 66 | | | 1.437,09 | 95.055,81 | 1.429,80 | 94.573,21 |
| ES0138903036 | FONDMAPFRE RENTA F.I. | 1.371 | | | 16,43 | 22.525,30 | 16,23 | 22.253,53 |
| ES0138956034 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 711 F.I | 1.530 | | | 1.058,84 | 1.619.581,23 | 1.150,10 | 1.759.159,11 |
| ES0165196033 | FONDMAPFRE GARANTIZADO 011 FI | 17.109 | | | 10,75 | 183.981,10 | 10,99 | 187.993,68 |
| ES0178520039 | FONDMAPFRE DIVIDENDO F.I. | 470 | | | 69,16 | 32.473,79 | 49,92 | 23.441,56 |
| LU0043136406 | CAPITAL INVESTMENT FUND | 3.551 | | | 197,14 | 700.000,02 | 241,15 | 856.285,02 |
| | sub-total | 2.750.195 | | | | 16.326.739,80 | | 16.740.844,24 |
| | 2.2.2.4 - Outros | | | | | | | |
| | sub-total | 3.110.181 | | | | 21.961.874,18 | | 22.518.545,88 |
| | 2.2.2 - Títulos de dívida | | | | | | | |
| | 2.2.2.1 - De dívida pública | | | | | | | |
| ES0000011660 | TESORO PUBLICO | 1.061 | 1.060,52 | | | 1.204,41 | | 1.173,44 |
| ES0000011868 | TESORO PUBLICO | 925.000 | 925.000,00 | | | 1.058.146,50 | | 985.824,94 |
| ES0000012098 | TESORO PUBLICO | 25.000 | 25.000,00 | | | 25.822,50 | | 26.102,29 |
| ES00000120N0 | TESORO PUBLICO | 500.000 | 500.000,00 | | | 496.204,00 | | 440.058,07 |
| ES0000012157 | TESORO PUBLICO | 50.000 | 50.000,00 | | | 49.901,50 | | 42.100,66 |
| ES00000122E5 | TESORO PUBLICO | 5.650.000 | 5.650.000,00 | | | 5.643.174,94 | | 5.150.803,49 |
| ES00000122X5 | TESORO PUBLICO | 1.800.000 | 1.800.000,00 | | | 1.764.089,07 | | 1.688.812,72 |
| ES0000012411 | TESORO PUBLICO | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 1.119.821,89 | | 1.002.015,28 |
| ES0000012726 | TESORO PUBLICO | 700.000 | 700.000,00 | | | 302.837,99 | | 259.005,49 |
| ES0000012767 | TESORO PUBLICO | 700.000 | 700.000,00 | | | 241.146,79 | | 198.254,76 |
| ES0000012866 | TESORO PUBLICO | 30.000 | 30.000,00 | | | 30.825,00 | | 30.866,48 |
| ES0000012932 | TESORO PUBLICO | 800.000 | 800.000,00 | | | 707.000,00 | | 647.836,60 |
| IT0003256820 | TESORO PUBLICO | 350.000 | 350.000,00 | | | 383.063,17 | | 374.222,66 |
| | sub-total | 12.531.061 | 12.531.061 | | | 11.823.237,76 | | 10.847.076,88 |
| | 2.2.2.2 - De outros emissores públicos | | | | | | | |
| | sub-total | | | | | | | |
| | 2.2.2.3 - De outros emissores | | | | | | | |
| DE000DB555U8 | DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT | 500.000 | 500.000,00 | | | 523.350,00 | | 554.769,58 |
| ES0214950059 | CAJA MADRID | 500.000 | 500.000,00 | | | 495.270,00 | | 505.217,12 |
| ES0224261000 | RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P | 3.500.000 | 3.500.000,00 | | | 3.452.964,51 | | 3.544.785,94 |
| ES0312360003 | AYT CEDULAS CAJAS VI, FONDO TI | 5.000.000 | 5.000.000,00 | | | 4.787.399,90 | | 4.890.085,66 |
| ES0313790026 | BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. | 2.300.000 | 2.300.000,00 | | | 2.275.367,88 | | 2.323.267,43 |
| ES0314950348 | CAJA MADRID | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 998.899,23 | | 1.042.814,42 |
| ES0314950561 | CAJA MADRID | 2.000.000 | 2.000.000,00 | | | 1.912.600,00 | | 1.958.058,25 |
| ES0314954068 | IBERCAJA | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 997.899,51 | | 1.002.207,20 |
| ES0314970163 | LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B | 200.000 | 200.000,00 | | | 199.870,00 | | 195.620,41 |
| ES0314977358 | BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLO | 1.800.000 | 1.800.000,00 | | | 1.697.220,00 | | 1.697.204,38 |
| ES0370148019 | AYT CEDULAS CAJAS V, FONDO TIT | 500.000 | 500.000,00 | | | 486.000,00 | | 439.538,77 |
| ES0413211139 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI | 700.000 | 700.000,00 | | | 706.860,00 | | 722.643,78 |
| ES0413211204 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI | 150.000 | 150.000,00 | | | 153.810,00 | | 155.942,74 |

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|--------------------------------|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|--------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| ES0413440068 | BANCO ESPAÑOL DE CREDITO | 200.000 | 200.000,00 | | | 190.070,00 | | 196.816,23 |
| ES0413440076 | BANCO ESPAÑOL DE CREDITO | 100.000 | 100.000,00 | | | 96.215,61 | | 99.120,74 |
| ES0413440100 | BANCO ESPAÑOL DE CREDITO | 300.000 | 300.000,00 | | | 313.620,00 | | 309.491,69 |
| ES0413770001 | BANCO PASTOR | 2.000.000 | 2.000.000,00 | | | 2.016.850,00 | | 1.918.536,90 |
| ES0413790074 | BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. | 2.300.000 | 2.300.000,00 | | | 2.211.450,00 | | 2.143.426,40 |
| ES0413790108 | BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. | 800.000 | 800.000,00 | | | 799.344,00 | | 785.048,72 |
| ES0413790116 | BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. | 1.850.000 | 1.850.000,00 | | | 1.836.495,00 | | 1.791.389,40 |
| ES0413860018 | BANCO SABADELL | 600.000 | 600.000,00 | | | 615.309,00 | | 621.316,22 |
| ES0413900095 | BANCO SANTANDER SA | 400.000 | 400.000,00 | | | 401.496,00 | | 409.834,70 |
| ES0414840308 | CAIXA D´ESTALVIS CATALUÑA TARR | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 1.001.137,49 | | 956.749,01 |
| ES0414950784 | CAJA MADRID | 900.000 | 900.000,00 | | | 900.009,00 | | 841.390,85 |
| ES0414970139 | LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B | 3.000.000 | 3.000.000,00 | | | 3.050.698,18 | | 3.143.103,07 |
| ES0414970246 | LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B | 1.800.000 | 1.800.000,00 | | | 1.519.317,00 | | 1.537.122,37 |
| ES0414970303 | LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B | 4.250.000 | 4.250.000,00 | | | 3.994.285,74 | | 3.906.894,70 |
| ES0414970402 | LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 981.678,41 | | 950.407,04 |
| FR0010612622 | RESEAU DE TRANSPORT | 750.000 | 750.000,00 | | | 752.535,00 | | 842.983,05 |
| NL0000122489 | ING BANK NV - AMSTERDAM | 250.000 | 250.000,00 | | | 248.346,07 | | 268.905,11 |
| XS0131224155 | SIEMENS FINANCERINGSMAT | 1.600.000 | 1.600.000,00 | | | 1.616.320,00 | | 1.681.891,01 |
| XS0142908770 | SOCIETE GENERALE (PARIS) | 3.000.000 | 3.000.000,00 | | | 3.161.410,11 | | 3.245.289,84 |
| XS0148579153 | E.ON INTERNATIONAL FIN. | 300.000 | 300.000,00 | | | 299.652,00 | | 365.870,96 |
| XS0171966269 | SCHIPHOL NEDERLAND B.V. | 600.000 | 600.000,00 | | | 593.100,00 | | 644.155,60 |
| XS0180772484 | ROYAL BANK OF SCOTLAND NV | 200.000 | 200.000,00 | | | 207.880,00 | | 215.247,13 |
| XS0188109994 | TOKYO ELECTRIC POWER CO INC. | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 1.043.669,14 | | 1.109.703,99 |
| XS0196047723 | FORTIS BANK NETHERLANDS NV | 640.000 | 640.000,00 | | | 688.128,00 | | 685.472,76 |
| XS0250172003 | BBVA SENIOR FINANCE S.A. | 150.000 | 150.000,00 | | | 147.345,00 | | 154.104,94 |
| XS0250306643 | ING GROEP N.V. | 500.000 | 500.000,00 | | | 480.315,26 | | 526.652,36 |
| XS0287409212 | REPSOL INTL. FINANCE | 3.054.000 | 3.054.000,00 | | | 3.069.247,12 | | 3.248.266,50 |
| XS0300682621 | AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING | 60.000 | 60.000,00 | | | 60.246,00 | | 63.930,16 |
| XS0305024936 | SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S | 150.000 | 150.000,00 | | | 147.660,01 | | 149.681,30 |
| XS0331141332 | ENI SPA | 200.000 | 200.000,00 | | | 203.072,00 | | 214.076,81 |
| XS0335880463 | JP MORGAN CHASE & CO. INC. | 250.000 | 250.000,00 | | | 246.033,11 | | 282.959,14 |
| XS0342289575 | BARCLAYS BANK PLC LONDON | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 1.011.790,00 | | 1.063.871,84 |
| XS0343877451 | CREDIT AGRICOLE SA | 1.000.000 | 1.000.000,00 | | | 1.031.500,00 | | 1.131.417,31 |
| XS0356944636 | SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S | 1.600.000 | 1.600.000,00 | | | 1.603.029,41 | | 1.673.243,49 |
| XS0359388690 | UBS AG LONDON | 930.000 | 930.000,00 | | | 1.035.834,00 | | 1.084.190,60 |
| XS0378754906 | ROYAL BANK OF CANADA (CANADA) | 70.000 | 70.000,00 | | | 73.928,40 | | 73.589,21 |
| XS0412842857 | RWE FINANCE BV | 600.000 | 600.000,00 | | | 599.790,91 | | 730.623,44 |
| XS0428007081 | NORDEA AB | 2.650.000 | 2.650.000,00 | | | 2.643.322,00 | | 2.894.958,53 |
| XS0431725901 | DANSKE BANK A/S | 400.000 | 400.000,00 | | | 399.904,00 | | 435.223,34 |
| XS0469028582 | NATIONAL AUSTRALIA BANK | 150.000 | 150.000,00 | | | 150.228,00 | | 159.328,96 |
| XS0482810958 | BANK OF IRELAND | 5.300.000 | 5.300.000,00 | | | 5.286.644,00 | | 4.404.423,49 |
| XS0531068897 | BBVA SENIOR FINANCE S.A. | 3.500.000 | 3.500.000,00 | | | 3.498.775,00 | | 3.401.077,10 |

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|-------------------------------|-------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|----------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| XS0544695272 | INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL | 1.450.000 | 1.450.000,00 | | | 1.449.507,00 | | 1.353.877,74 |
| XS0555977312 | INTESA SANPAOLO SPA | 300.000 | 300.000,00 | | | 298.719,00 | | 285.830,74 |
| | sub-total | 71.304.000 | 71.304.000,00 | | | 70.663.417,00 | | 71.033.650,47 |
| | sub-total 2.2.2 | 83.835.061 | 83.835.060,52 | | | 82.486.654,76 | | 81.880.727,35 |
| | sub-total 2.2 | 86.945.242 | 83.835.060,52 | | | 104.448.528,94 | | 104.399.273,23 |
| | 2.3 - Derivados de negociação | | | | | | | |
| | sub-total 2.3 | | | | | | | |
| | 2.4 - Derivados de cobertura | | | | | | | |
| | sub-total 2.4 | | | | | | | |
| | total 2 | 154.445.242 | 151.335.060,52 | | | 169.665.162,03 | | 165.442.621,78 |
| | TOTAL GERAL | 154.445.242 | 151.335.060,52 | | | 169.665.162,03 | | 165.442.621,78 |

(Valores expressos em euros)

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

ANEXO 2

| RAMOS/GRUPOS DE RAMOS | Provisão para sinistros em 31/12/2009 (1) | Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2) | Provisão para sinistros * em 31/12/2010 (3) | Reajustamentos (3)+(2)-(1) |
|-------------------------------|---|---|---|----------------------------|
| VIDA | 7.829.176,19 | 6.894.548,08 | 2.654.407,26 | 1.719.779,15 |
| NÃO VIDA | | | | |
| ACIDENTES E DOENÇA | | | | |
| INCÊNDIO E OUTROS DANOS | | | | |
| AUTOMÓVEL | | | | |
| RESPONSABILIDADE CIVIL | | | | |
| OUTRAS COBERTURAS | | | | |
| MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES | | | | |
| RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL | | | | |
| CRÉDITO E CAUÇÃO | | | | |
| PROTEÇÃO JURÍDICA | | | | |
| ASSISTÊNCIA | | | | |
| DIVERSOS | | | | |
| TOTAL NÃO VIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GERAL | 7.829.176,19 | 6.894.548,08 | 2.654.407,26 | 1.719.779,15 |

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2009 e anteriores



4

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS,
RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO
FISCAL



ERNST & YOUNG

Ernst & Young
Audit & Associates - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-0º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 500
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Mapfre Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 182.145.086,34 Euros e um total de capital próprio de 5.655.943,93 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.605.624,60 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:



2

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros de Vida, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



3

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:
 - 9.1. Conforme referido na Nota 28 às Demonstrações Financeiras, após a constituição da sociedade no exercício de 2009 e autorização do Instituto de Seguros de Portugal para operar nos ramos de Vida, a Companhia adquiriu, com data efeito a 1 de Janeiro de 2010, a carteira de apólices, bem como os respectivos activos e passivos, pertencentes à Agência Geral em Portugal da Mapfre Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A..
 - 9.2. Conforme referido na Nota 29 às Demonstrações Financeiras, com referência a 31 de Dezembro de 2010 a margem de solvência da Companhia era inferior ao mínimo regulamentar, pelos motivos indicados naquela Nota. Actualmente, já foi aprovado pela Mapfre Internacional a concessão de empréstimo subordinado visando restabelecer a margem de solvência para nível superior ao mínimo regulamentar.

Lisboa, 16 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Sakcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

V
L
R

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor, o Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., vem apresentar o relatório da actividade por si desenvolvido no exercício de dois mil e dez e bem assim, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício, o primeiro da sua exploração.

O Conselho Fiscal recebeu oportunamente a certificação legal de contas elaborada por Ernst & Young, a qual lhe mereceu acordo.

A referida certificação comporta duas ênfases. A primeira diz respeito à aquisição com efeito a 1 de Janeiro de 2010 da carteira de apólices, bem como os respectivos activos e passivos, pertencentes à Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A. A segunda refere ser a Margem de Solvência da Companhia a 31 de Dezembro de 2010 inferior ao mínimo regulamentar, situação que se pretende resolvida com um empréstimo subordinado aprovado pela MAPFRE Internacional no montante de 3,5 milhões de euros.

O relatório de gestão foi também objecto de análise, não sendo merecedor de qualquer reparo por parte deste Conselho, o mesmo se aplicando à proposta de aplicação de resultados.

Sendo assim e tendo em consideração a opinião constante da certificação legal de contas, o Conselho Fiscal emite o parecer seguinte:

1. Que sejam aprovados o relatório de gestão e as demonstrações financeiras do exercício de dois mil e dez;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e dez.

Lisboa, 17 de Março de 2011

O CONSELHO FISCAL


Fernando Soares Almeida




 **MAPFRE** | SEGUROS VIDA

